

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por que um deputado é indisciplinado? Uma análise das
votações nominais na Câmara dos Deputados entre os anos de
2015 e 2022

THAMARA DUTRA RIBEIRO

Brasília-DF, 2023

THAMARA DUTRA RIBEIRO

Por que um deputado é indisciplinado? Uma análise das votações nominais na Câmara dos Deputados entre os anos de 2015 e 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Paulo Alexandre Batista De Castro

Brasília-DF 2023

THAMARA DUTRA RIBEIRO

Por que um deputado é indisciplinado? AVALIAÇÃO DO VALOR PÚBLICO GERADO À SOCIEDADE DO DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 22 / 12 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista De Castro- Orientador

Prof. Dr. Vinícius Silva Alves (Universidade da Califórnia - Davis)

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho (IDP)

R484p Ribeiro, Thamara Dutra
Por que um deputado é indisciplinado? : uma análise das votações
nominais na Câmara dos Deputados entre os anos de 2015 e 2022/
Thamara Dutra Ribeiro. – Brasília: IDP, 2024.

83 p.
Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de
Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Mestrado Profissional
em Administração Pública, Brasília, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista De Castro.

1. Votações nominais- Câmara dos Deputados. 2. Partido político- Brasil. 3.
Disciplina partidária. I. Título.

CDD: 353

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

AGRADECIMENTOS

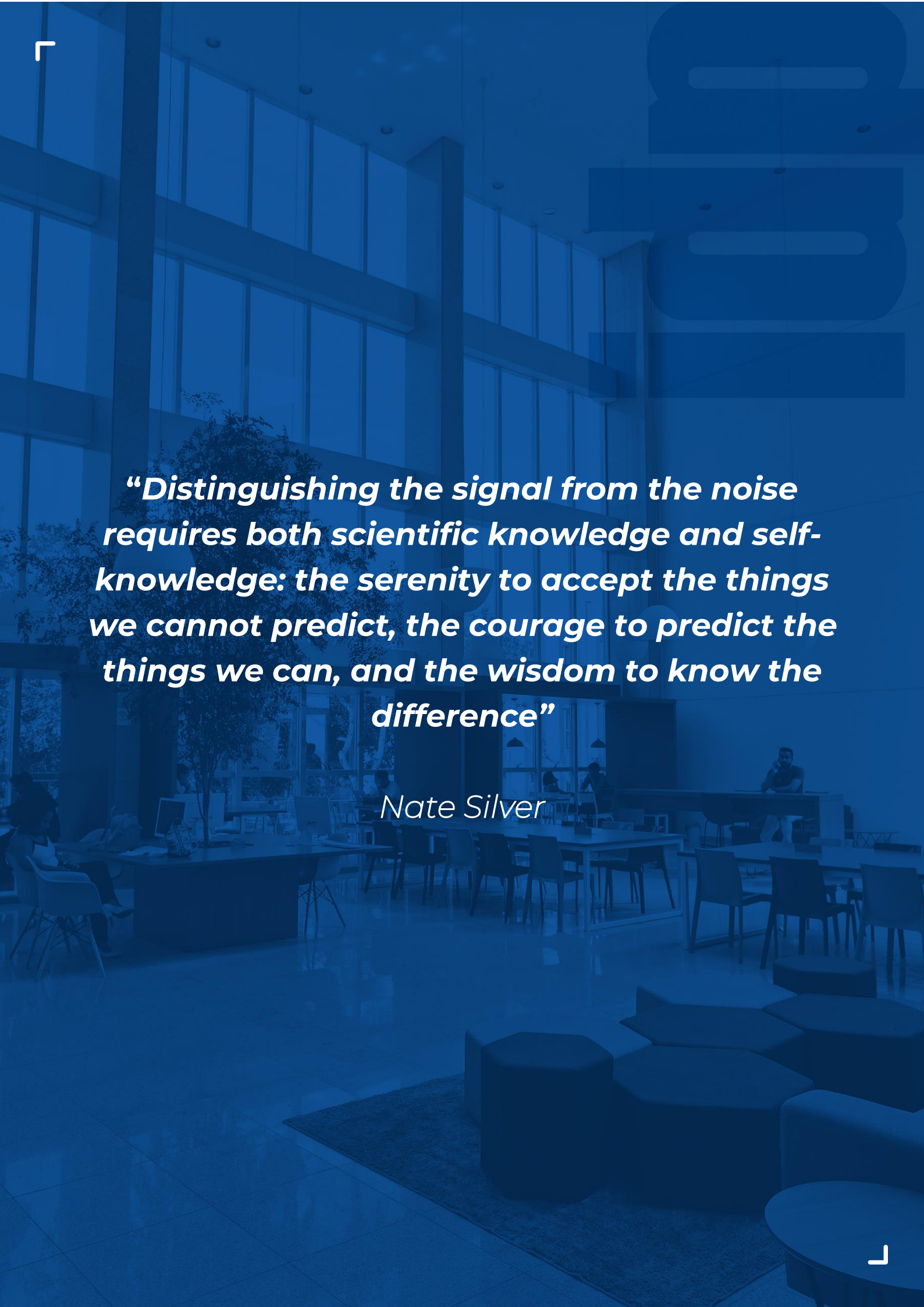
Agradeço, primeiramente, a Deus pela lucidez, saúde, tempo e disposição para realizar esse trabalho.

Em segundo lugar, ao Fernando Vinicius, por todo o apoio, acolhimento e incentivo. E por acreditar nesse trabalho junto comigo! Obrigada!

À Mestre Cristiane Branco, obrigada pela amizade, coerência de propósito e apoio!

Agradeço ainda ao meu orientador, professor Doutor Paulo Castro, pelas orientações e pela confiança!

Agradeço também aos professores Doutores Vinicius Alves e Milton Mendonça cuja contribuição foi fundamental para a evolução desse estudo e para os resultados obtidos



“Distinguishing the signal from the noise requires both scientific knowledge and self-knowledge: the serenity to accept the things we cannot predict, the courage to predict the things we can, and the wisdom to know the difference”

Nate Silver

RESUMO

O presente trabalho analisou os dados das votações nominais dos deputados federais nas 55ª e 56ª legislaturas, que compreendem os anos de 2015 a 2022. O objetivo foi analisar o padrão de votações nominais dos deputados com uma metodologia baseada somente no cômputo de votações (deliberações) materiais sobre as propostas analisadas, incluindo as votações dos projetos principais e destaques, e excluindo da análise as votações relativas a procedimento (ou deliberações sobre procedimentos). Essa metodologia inova em relação à literatura existente e busca estruturar resultados mais condizentes com a realidade das decisões legislativas na Câmara dos Deputados. Foi verificado que existe um alto índice de disciplina, maior que o esperado, embora entre poucos partidos. Existem partidos com índices de disciplina menor que o esperado, e valores maiores de disciplina partidária no primeiro e último ano da legislatura. A segunda parte do trabalho classificou os deputados segundo sua disciplina partidária e analisou o quartil mais e menos disciplinado, dividido por ano da legislatura. Foi realizada uma regressão logística para verificar se existe relação entre o modo como o deputado é votado no estado e o padrão de disciplina partidária, não encontrando resultados estatisticamente significativos. O estudo do padrão de votação espacial conclui apenas que existe um maior número de deputados com baixa concentração de votos

Palavras-chaves: partidos políticos, disciplina partidária, padrão espacial de votação, Câmara dos Deputados, votações nominais dos deputados federais.

ABSTRACT

The present work analyzed data on the roll-call votes of federal deputies in the 55th and 56th legislatures, which cover the years 2015 to 2022. The objective was to analyze the pattern of roll-call votes of deputies with a methodology based only on the calculation of votes (deliberations) materials on the proposals analyzed, including votes on the main projects and highlights, and excluding votes relating to procedure (or deliberations on procedures) from the analysis. This methodology innovates in relation to existing literature and seeks to structure results that are more consistent with the reality of legislative decisions in the Chamber of Deputies. It was found that there is a high level of discipline, higher than expected, although among few parties. There are parties with discipline rates lower than expected, and higher values of party discipline in the first and last year of the legislature. The second part of the work classified the deputies according to their party discipline and analyzed the most and least disciplined quartile, divided by year of the legislature. A logistic regression was carried out to verify whether there is a relationship between the way in which the deputy is voted in the state and the standard of party discipline, finding no statistically significant results. The study of the spatial voting pattern only concludes that there is a greater number of deputies with a low concentration of votes.

Keywords: political parties, party discipline, spatial pattern of voting, Chamber of Deputies, roll call votes of federal deputies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM	Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPL	Partido da Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
União	União Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Padrões de votação espacial

.....34

Tabela 2

Padrões de concentração e dispersão

.....36

Tabela 3

Exemplo de codificação dos escores da disciplina partidária

.....45

Tabela 4

Disciplina por partidos – 55ª Legislatura

.....54

Tabela 5

Disciplina por partidos – 56ª Legislatura

.....59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Distribuição dos escores finais por ano

60

Gráfico 2

Distribuição dos escores normalizados por ano

60

Gráfico 3

Padrões de classe de concentração de votos

61

Gráfico 4

Distribuição total e interquartis por escore

62

Gráfico 5

Distribuição dos deputados nos 1º e 4º quartil,
segundo sua disciplina partidária

64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
----------	-------------------------	-----------

2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
----------	----------------------------------	-----------

2.1.	Contextualização e principais fatores estudados sobre comportamento parlamentar	27
------	---	-----------

2.2.	Tipologia do padrão espacial de votação	33
------	---	-----------

3	HIPÓTESES DO ESTUDO	40
----------	----------------------------------	-----------

4	METODOLOGIA	43
----------	--------------------------	-----------

5	RESULTADO	50
----------	------------------------	-----------

5.1.	55ª Legislatura (anos 2015 a 2018)	50
------	--	-----------

5.2.	56ª Legislatura (anos 2019 a 2022)	54
------	--	-----------

5.3.	Análise de padrão de votação eleitoral	59
------	--	-----------

5.4.	Disciplina partidária e padrão de votação eleitoral	65
------	---	-----------

6	CONCLUSÕES	70
----------	-------------------------	-----------

7	REFERÊNCIAS	74
----------	--------------------------	-----------

Anexo 1	79
----------------	-------	-----------

Anexo 2	79
----------------	-------	-----------



1

INTRODUÇÃO

A literatura de Ciência Política no Brasil se debruça sobre os padrões de votações nominais dos deputados federais desde o estudo inovador de Figueiredo e Limongi (1995). Esses estudos trouxeram um novo olhar para a relação entre Poder Legislativo e Executivo, e ainda, como o Presidente da República se relaciona com os deputados e como consegue os votos para aprovar sua agenda no Congresso Nacional.

Desde 1988, com o processo de retorno à democracia, o estudo sobre partidos políticos e o Poder Legislativo ganha novas proporções sobre o estudo da relação entre os Poderes da República, principalmente relacionados à distribuição e competências disponíveis ao Presidente e aos parlamentares.

Os estudos sobre esse período inicial da redemocratização tratam também sobre a organização dos partidos políticos e de sua institucionalização. A princípio, os partidos eram tomados como importantes apenas para a eleição do parlamentar, sendo pouco influentes em seu comportamento no Congresso Nacional (MAIWARING, 1991; AMES, 2003; CARVALHO, 2003; PEREIRA e MUELLER, 2003).

As primeiras abordagens sobre o sistema político brasileiro apontavam para uma baixa coesão interna dos partidos políticos. Além disso, compreendia-se que a legislação partidária seria muito permissiva, possibilitando a troca de partidos pelos deputados e não promovendo a coesão entre os agremiados.

Isso também seria decorrente do sistema de votação proporcional por lista aberta, o qual incentivaria a competição dentro dos partidos políticos. “Os sistemas de lista aberta deslocam o poder dos líderes partidários para os candidatos individuais, e o sistema brasileiro leva ao máximo essa tendência” (AMES, 2003, p. 62).

Outro fator relevante era a possibilidade de realização de coligações eleitorais sem considerar algum aspecto ideológico, podendo resultar em conjuntos de partidos unidos eleitoralmente, mas

sem congruência quanto às políticas públicas defendidas por cada um de seus partidos componentes.

Nesse contexto, a percepção inicial do sistema era a de que o Presidente necessitaria negociar voto a voto no Congresso Nacional, trocando políticas de cunho distributivista para conseguir apoio (MAIWARING, 1991; AMES, 2003; CARVALHO, 2003). O deputado, por sua vez, como estaria mais interessado em se estabelecer em seus distritos de votação, buscando somente obter recursos e emendas para continuar sua zona de domínio regional e se reeleger (ou ascender a um cargo Executivo) nas eleições seguintes.

Dessa forma, a visão inicial da Ciência Política brasileira era de compreender a relação do deputado federal segundo apenas seus interesses eleitorais. Os partidos seriam somente o mecanismo (obrigatório) pelo qual era intermediada essa relação entre deputado federal e eleitor, e somente quando do momento eleitoral.

Passada essa fase, caberia individualmente ao parlamentar, ao negociar com o Presidente, para obter recursos para a relação com sua base. Essa individualização promoveria, para o sistema político brasileiro, uma paralisia decisória, uma vez que a negociação política seria morosa e pouco efetiva.

Ademais, a separação de poderes característica dos governos presidencialistas, segundo a teoria dominante, levaria ao comportamento irresponsável dos parlamentares, uma vez que a duração de seus mandatos não é influenciada pelos infortúnios políticos do presidente. Somente os membros do partido presidencial teriam algum incentivo para cooperar. Para os demais, a estratégia dominante, mais rendosa do ponto de vista político, seria a recusa sistemática à cooperação. Da mesma forma, presidentes teriam poucos incentivos para buscar apoio do Congresso, em face da origem própria e popular de seu mandato. Seguindo essa linha de raciocínio, chega-se à conclusão de que governos presidencialistas multipartidários não podem contar com o apoio dos congressistas e tendem à paralisia (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p. 84)

Os estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999) foram inovadores por incluírem um outro ator nesse contexto: os líderes partidários. Os autores afirmam que os partidos, na figura dos líderes partidários, seriam os principais agentes para conter os dilemas de ação coletiva que existiriam nas negociações do Presidente da República com os deputados federais, quando na aprovação da pauta do Executivo.

A partir do estudo das votações nominais no Plenário da Câmara dos Deputados, os autores confirmam a hipótese de partidos disciplinados, seguindo em mais de 85% (mesmo nos casos com maior indisciplina) a orientação dos líderes. Dessa forma, são os partidos, por meio da figura do líder partidário, que faria a intermediação de interesses entre as políticas públicas pretendidas pelo Executivo e os deputados federais.

Figueiredo e Limongi defendem que as instituições distribuiriam poderes aos partidos, por meio de seus líderes, a fim de evitar conflitos de falta de coordenação. A Constituição Federal de 1988 e os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados¹ e do Senado Federal garantiriam uma série de prerrogativas aos partidos, quando da definição dos procedimentos legislativos, que conferiram poder aos líderes de forma a atuarem nessa coordenação.

Para os deputados, individualmente, seria melhor negociar juntamente ao Presidente a partir de sua bancada partidária, já que essa negociação poderia ser feita com o quantitativo total dos deputados que compõem o partido político. Da mesma forma, o Presidente teria mais facilidade de distribuir recursos a partir da concentração das demandas individuais parlamentares por meio dos líderes.

Seria a partir desse mecanismo que os partidos atuariam na esfera congressual. E nesse sentido, a disciplina partidária seria uma garantia de negociação mais forte por parte dos líderes e dos partidos, e por outro lado, a garantia de votos que o Executivo precisa para aprovar suas políticas públicas.

Partindo-se da literatura voltada para o estudo das votações nominais e seu contexto congressual e partidário, os trabalhos posteriores (COBERLLINI, 2003; LEONI, 2008; CHEIBUB et al, 2009) apontam para vários outros fatores intervenientes nos padrões de votações nominais dos deputados federais, incluindo distâncias das preferências individuais e ideologia e ainda, a importância dos governadores dos estados (ALVES, 2019).

¹No Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estão previstas as competências específicas do líder partidário em seus artigos 14 a 17, não exaustivo. Como exemplo, tem-se a possibilidade de alocar membros nas comissões, participação na definição da pauta a ser votada semanalmente, por meio da reunião de líderes com a Presidência da Casa, entre outras.

No entanto, pouco foram os estudos voltados para os deputados federais indisciplinados (MACHADO, 2012). Anteriormente à decisão do TSE² de que o mandato dos deputados federais foi determinado como pertencente ao partido, os parlamentares realizavam as trocas de legenda levando em consideração uma série de interesses (TAVARES, 2003). No entanto, a disciplina partidária continua alta, mesmo após a migração (COBERLLINI, 2003).

Em um primeiro momento, seria de se esperar que os deputados escolhessem ou migrassem para partidos os quais têm maior afinidade programática, ou que melhor atenderiam seus interesses. Nesse sentido, a disciplina nas votações (mesmo não havendo coesão partidária), seria a melhor estratégia para o deputado federal.

O argumento é sintetizado por Pereira e Mueller (2003):

Presume-se também que os legisladores são maximizadores de utilidade. Em outras palavras, suas escolhas de cooperar ou não com o presidente [e com o partido político] são determinadas pelos possíveis custos e benefícios advindos desse comportamento em termos de: recursos políticos junto ao seu partido por ter seguido a orientação do seu líder; benefícios políticos e financeiros transferidos pelo Executivo como consequência do apoio dado ao presidente; e retornos eleitorais provenientes de sua base política por corresponder às suas expectativas. Também se presume que não há hierarquia entre essas opções. De fato, as escolhas dependerão dos cálculos de cada parlamentar em cada votação e contextos diferenciados. Por exemplo, se o deputado sistematicamente seguir a indicação do líder partidário, isto naturalmente pode lhe trazer alguns benefícios políticos importantes, tais como sua indicação para uma posição de destaque em uma comissão, maior empenho de seu líder nas negociações de suas demandas junto ao Executivo, maior acesso a setores do Executivo, ou mesmo ser nomeado ministro ou ter o poder de indicar alguém de sua confiança para um determinado ministério e assim por diante, e/ou benefícios financeiros, tais como conseguir um emprego público para seu(a) sobrinho(a), obter uma dotação orçamentária especial que gere benefícios diretos para seu eleitorado, conseguir uma permissão pública

² Em consulta realizada pelo Democratas ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, esse tribunal decidiu

que o mandato é devido ao partido político, e a troca pelo parlamentar de uma agremiação a outra levaria à perda de seu mandato. Essa alteração está presente na Resolução nº 22526/2007, que levou à interpretação de que os recursos do fundo partidário e tempo de mídia são devidos ao partido, da mesma forma que a distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados deve feita segundo o quociente eleitoral, sendo os votos direcionados ao partido, e não do parlamentar.

(concessão) de um canal de rádio ou TV e assim por diante (PEREIRA e MUELLER, 2003, p. 738).

Dessa forma, o acesso a todos os benefícios citados poderia ser limitado, nos casos em que o deputado federal não vota sistematicamente de acordo com a orientação de seu líder. Não seria racional, portanto, votar indisciplinadamente, mesmo sabendo que o partido perde poder de barganha frente ao Poder Executivo, e que irá se indispor com seu líder e companheiros de legenda. Assim, se o deputado é indisciplinado durante a legislatura, existiria algum incentivo maior que o faz acreditar, racionalmente, que esse comportamento é mais bem recompensado que a disciplina ao seu líder.

Acredita-se que uma maior compreensão desse comportamento indisciplinado pode advir do estudo conjugado entre as esferas locais e regionais e a parlamentar. Dessa forma, mesmo a derrota a nível federal e partidário (ao votar contrariamente ao partido), seria mais racional ao deputado ser indisciplinado do ponto de vista dos cálculos de custo e benefício.

O estudo pretende tratar dos deputados a partir de sua disciplina partidária ao comparar os deputados mais disciplinados aos deputados indisciplinados com bases sistemáticas, procurando compreender alguns desses fatores em outros níveis (TSEBELIS, 1998) que possam estar influenciando sua decisão, a princípio pouco racional, de votar contrariamente a seu partido.

Alguns desses fatores já foram tratados anteriormente pela literatura, como o contexto de votação estadual. Miranda (2009) discute a participação do parlamentar na base do governo e a centralização das bancadas, enquanto Cheibub et al (2009) trata da relação entre o deputado federal e os Poderes Executivo estadual e federal, e quanto seu incentivo de optar por seguir a orientação da base do governo federal em contraste com a orientação do Governador de Estado (que faz oposição ao Presidente da República).

No entanto, o estudo se concentra para compreender a incongruência entre os incentivos postos para a disciplina partidária, que promoveria a redução de dilemas de ação coletiva, e o voto indisciplinado. Em uma primeira análise, se o voto de acordo com a orientação do partido fortalece os partidos políticos no momento de

barganha com o Poder Executivo, a votação contrária à orientação partidária parece contraintuitiva.

Primeiramente, a literatura traz três objetivos principais que seriam procurados pelos deputados federais: *office*, *policy* e *votes*³. Muller e Strom (1999) estudam esses três fatores como forma de compreender quais desses objetivos motivam o comportamento partidário. Embora os autores foquem sua análise no papel dos líderes partidários e como eles trabalham e objetivam essas três esferas dentro do partido, acredita-se que os deputados federais, como atores racionais, buscam esses três fatores em maior ou menor grau em sua atuação.

Não se quer contrapor esse enfoque às vertentes informacionais (KHREBIEL, 1991), distributivas (MAIWARING, 1991; AMES, 2003; CARVALHO, 2003) e partidárias (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999) referentes ao comportamento parlamentar e já consolidado na literatura sobre deputados federais. O presente estudo compreende que tais fatores também são parte do cálculo estratégico do parlamentar quanto ao seu comportamento, dentro do Poder Legislativo e em relação a seu eleitorado.

Office, de forma abrangente, trata da participação do parlamentar no governo, seja por meio de sua eleição direta e ocupação dos cargos, seja por meio das coalizões criadas pelo partido⁴ no poder. O acesso a esse fator se daria por meio dos cargos a serem distribuídos pelo Poder Executivo quando da formação da sua base de governo e da composição com os partidos políticos. No contexto legislativo, trata da distribuição de vagas em comissões e a possibilidade de intervir como relator de projetos; acesso facilitado aos Ministérios, tendo suas demandas atendidas mais prontamente, entre outros benefícios.

Office benefits may include a huge number of subcabinet appointments, as in Belgium or Italian sottogoverno⁵, and these lower-level benefits may indeed swamp the value of cabinet appointments. Occasionally, parties may share in subgovernmental spoils without participating in the cabinet Coalition [...]. Office benefits also include government

³ Traz-se a referência em inglês e a explicação posterior em português para tratar desses três fatores por buscar manter seu conceito inicial trazido na obra de MULLER & STROM, 1999.

⁴ O enfoque principal dos autores é compreender como os partidos políticos administram essas três dimensões. No estudo, propõe-se a análise dessas três dimensões, mas com maior enfoque no parlamentar. Para compreensão do modelo espacial dos autores, ver Anexo I.

⁵ Grifo do autor.

contracts, preferential treatment, and whatever rents accrue to political parties because of their legislative bargaining power (MULLER & STROM, 1999, p. 6)

Policy refere-se à capacidade do parlamentar de obter políticas públicas para seus eleitores e está relacionada também à capacidade que o partido tem para obter um ponto de acordo mais perto de seus próprios interesses, dentro da coalizão.

A party's success in pursuing its policies depends on its ability to change public policy toward its most preferred positions or to prevent undesirable changes. However, parties may also experience policy sacrifices When they are asked to endorse policies that substantially deviate from the commitments they previously made or from their most preferred policies (MULLER & STROM, 1999, p. 6)

Por fim, a dimensão *votes* trata da obtenção dos votos dos eleitores nas eleições e da sua recondução ao cargo de deputado federal ou eleição de outro cargo eletivo. No entanto, como apontam Muller e Strom, esses três fatores podem ser tratados de forma instrumental, uma vez que os votos se traduzem em cargos e políticas públicas ou, ao contrário, como aponta Downs, "parties formulate policies in order to win elections, rather than win elections in order to formulate policies" (DOWNS, 1957 apud MULLER & STROM, 1999, p 8).

O estudo traz esses três fatores visando uma compreensão inicial do que seria levado em consideração pelo deputado federal ao definir um caminho de ação no Parlamento. No entanto, a análise concentra-se na terceira dimensão, voltada para a compreensão do padrão de votação dos deputados federais, mais especificamente os parlamentares indisciplinados, em comparação com os índices de disciplina apresentados pelos deputados disciplinados.

O trabalho procura compreender como os deputados federais atuam segundo a dimensão "voto" para não seguirem as orientações partidárias quando das votações nominais no Plenário da Câmara dos Deputados. A pergunta de pesquisa é estruturada a partir desse contexto: existe uma relação entre o padrão de votação obtido pelo deputado federal no momento de sua eleição e seu comportamento indisciplinado?

O objetivo é verificar se as votações indisciplinadas na sua atuação no Congresso Nacional seguem alguma lógica estruturada, que possa ser mensurada segundo a análise do fator "voto", em contraposição aos deputados disciplinados. Espera-se que exista algum

padrão de votação nos estados, no momento de sua eleição, que apresente diferenças significativas quanto à eleição, e posterior atuação no Parlamento, segundo a concentração de votos na qual o deputado é eleito e sua disciplina partidária.

Portanto, o objetivo geral do trabalho é compreender qual a relação entre o padrão de votação obtido pelo deputado em sua eleição e sua disciplina partidária. Uma vez que já existe um número de estudos expressivos sobre o comportamento disciplinado (MAINWARING, 1991; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995, 1999; COBERLLINI, 2003; FREITAS, 2008; DESPOSATO, 2006, 2009), espera-se compreender os casos em que o parlamentar não é disciplinado de forma sistemática.

Primeiramente, o cálculo da disciplina partidária segue as diretrizes apontadas pelos estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999), embora se proponha uma inovação na contabilização dos votos nominais para os deputados federais. Assim, o primeiro objetivo do trabalho é atualizar os estudos sobre padrões de votações nominais na Câmara dos Deputados.

Assim, a proposta do estudo é limitar a análise apenas às votações de mérito das propostas legislativas. Quando ocorre “obstrução”⁶ a determinada proposição na Câmara dos Deputados, há uma série de votações procedimentais para uma mesma matéria, que acabam se tornando “ruído” e aumentando exponencialmente o número de votações. Em consequência, observa-se que as votações mais importantes podem se tornar irrelevantes matematicamente ao serem confrontadas com o total de votações.

O número excessivo de votações para a mesma matéria, sem mudança de texto legislativo, impacta a avaliação final do escore de disciplina partidária. Dessa forma, a atualização da metodologia de contabilização da disciplina visa refletir de forma mais fidedigna o resultado de mérito das votações de proposições legislativas.

⁶ O processo de “obstrução” de votação ocorre quando líderes partidários contrários à aprovação da matéria em Plenário utilizam dispositivos regimentais (Regimento Interno da Câmara dos Deputados) para requerer que a matéria seja votada em outra sessão, e ainda, adiamentos de discussão e votação. Com isso, uma matéria que poderia ter cerca de uma a cinco votações de mérito (em média), acaba contando com cerca de cinco votações a mais para o mesmo projeto. É com o objetivo de eliminar essas votações procedimentais e contar na análise apenas as votações de mérito do projeto e votações específicas das matérias (denominado “destaques”) que se pretende a atualização da metodologia de análise das votações nominais dos deputados federais.

A análise se concentra nas votações nas 55^a e 56^a legislaturas, escolhidas pelo maior acesso aos dados de votações nominais e melhor qualidade desses dados em relação às legislaturas anteriores. Foi criado um ranking de disciplina partidária segundo os escores finais obtidos pelos parlamentares de cada partido, delimitados por ano de votação.

A escolha da análise anual procurou evitar comparações entre os períodos de mudança de governo, uma vez que na 55^a legislatura houve o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e transição para o governo do Presidente Michel Temer. Tais fatores alteraram a coalizão de governo, impactando a avaliação da disciplina, uma vez que houve reposicionamento dos partidos políticos e o realinhamento dos deputados federais em relação a suas legendas partidárias.

A partir dessa definição resultado, a presente pesquisa analisa em que medida o padrão de obtenção de voto do deputado federal eleito em seu estado influencia o seu padrão de votação no Congresso Nacional. Essa análise se baseia nos estudos de Ames (2003) e Carvalho (2003), que estudaram a votação espacial dos deputados federais e como os vetores de concentração e dominância refletem um perfil específico para cada tipo de votação obtida.

Essa análise específica visa compreender se existe algum incentivo específico a um determinado padrão de votação que leve o deputado federal ser mais “independente” do partido político. Nesse sentido, o padrão de concentração de seus votos obtidos nos municípios com maior votação refletiria em seu alinhamento partidário e comportamento legislativo, mensurado pela disciplina partidária (AMES, 2003; CARVALHO, 2003).

Entende-se que a consideração de um fator isolado pode deixar a análise enviesada, embora a tentativa seja a de contribuir para o estudo da ligação entre as arenas eleitoral e parlamentar do deputado federal (PEREIRA e MUELLER, 2003; PEREIRA e RENNO, 2001, 2007). Busca-se também aumentar a compreensão dos comportamentos dos deputados indisciplinados, e entende-se que a explicação de sua dimensão eleitoral pode ser um fator interveniente para seu comportamento não colaborativo em relação à liderança partidária e a seus colegas de legenda.

Sendo um assunto recorrente nos meios acadêmicos, a análise das votações nominais dos deputados federais sempre é tema a ser atualizado e passível de novas teorizações. A Câmara dos Deputados

tem preponderância decisória no processo legislativo brasileiro, e ganhou projeção recente após *impeachment* em 2016, as reformas estruturais como a trabalhista e da previdência, a aprovação dos auxílios durante a pandemia e ainda, a aprovação da intervenção federal no Distrito Federal em decorrência dos protestos referentes ao resultado das eleições de 2022.

O estudo também perpassa a relação entre Poderes Executivo e Legislativo, e a estabilidade de múltiplos interesses e atores, de acordo com a lógica do presidencialismo de coalizão⁷. Dessa forma, a construção de uma política pública passa pela confluência e negociação entre diversos cenários e diferentes arenas de poder. Da mesma forma, quanto maior o número de atores e interesses envolvidos, maior dificuldade em criar um *winset*⁸ vencedor devido ao maior número de decisores e com poder de veto.

Nesse contexto, é importante compreender quais incentivos influenciam os deputados federais a votar a favor ou contra a instituição dos partidos políticos os quais pertencem. Estudar os parlamentares *outliers* busca contribuir para mapear e compreender esses incentivos, atualizar a literatura em Ciência Política sobre o Poder Legislativo e padrões de votação nominal.

Essa abordagem pode facilitar ainda a mudança na regulamentação do direito eleitoral e partidário, visando fortalecer os partidos políticos. Isso contribui também para melhorar o papel representativo dessas agremiações. Reflexo dessa compreensão são exemplificados como as mudanças acerca da migração partidária⁹ e das regras de coligação nas eleições¹⁰ e cláusulas de barreira, ou ainda seja a limitação ou obtenção de emendas e cargos públicos, como foi promovidas as alterações nas emendas de relator¹¹, visando maior transparência.

A importância do tema também se reflete na perspectiva do controle dos gastos públicos, principalmente voltados para o Poder Legislativo. Identificar os incentivos pelos quais os deputados federais

⁷ Ver Sérgio Abranches (1998).

⁸ Ver Tsebelis (2014).

⁹ Ver Desposato, 2006; Freitas, 2008.

¹⁰ Ver Lei nº 13488/2017 e Emenda Constitucional nº 111/2021.

¹¹ Para essa discussão, ver a tramitação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional (PLN) nº 06/2022 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) nº 850, 851 e 854.

atuam pode ser importante para compreender os custos envolvidos em cada uma das decisões congressuais, principalmente pelos custos envolvidos na quantidade de votações nominais.

Para os deputados indisciplinados, também é importante verificar sua independência em relação aos partidos políticos. Uma vez que a função dos partidos também é informar ao eleitor sobre as *polycies* defendidas pela agremiação (MIRANDA, 2009), um parlamentar que vota consistentemente contra à orientação do partido pode estar respondendo a um outro incentivo (TSEBELIS, 1998).

Além disso, ao mesmo tempo em que fortalecer os partidos é importante, por meio da representatividade, a governabilidade também o é. Dessa forma, estudar os parlamentares indisciplinados também pode contribuir para compreender como os partidos políticos atuam como mecanismos de coordenação de votações e se fortalecem com a maior disciplina e coesão internos.

No caso dos parlamentares estudados, esse comportamento indisciplinado pode contribuir para diminuir esses índices de coesão e disciplina, reduzindo também o poder de barganha dos partidos frente à coalizão governista, seja em busca de cargos, políticas públicas ou votos para as eleições seguintes.

O estudo sobre o Poder Legislativo também se insere no contexto da administração pública e na capacidade dos Poderes em prover políticas públicas efetivas (PIRES e GOMIDE, 2016). Compreender como a representação democrática por meio dos parlamentares eleitos e como sua atuação é promovida, inclusive por meio do uso das emendas parlamentares, relação com os Poderes Executivos respectivos de seus estados e sua legitimidade frente a seus eleitores.

Dessa forma, observa-se que o estudo da disciplina partidária perpassa todos os contextos apresentados: distribuição de emendas parlamentares (SPECK e MARCIANO, 2015); relação entre os Poderes Legislativo e Executivo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999; COBERLLINI, 2003; PEREIRA e MUELLER, 2003; AMES, 2003; CARVALHO, 2003; PEREIRA e RENNO, 2001, 2007); ocupação de cargos na esfera legislativa e nos Ministérios (MENDONÇA, 2018); capacidade da administração pública em prover políticas públicas (PIRES e GOMIDE, 2016).

O estudo trata, portanto, de uma dimensão central para a análise do comportamento parlamentar. Propõe-se uma inovação no cálculo da disciplina partidária, além da sua relação com o padrão de votação espacial. A análise busca, portanto, contribuir para as novas perspectivas no estudo da dinâmica partidária, eleitoral e na relação entre os Poderes da República, além da representatividade dos deputados eleitos em relação às suas bases eleitorais.



2

REFERENCIAL TEORICO

2.1 Contextualização E Principais Fatores Estudados Sobre Comportamento Parlamentar

Com o fim do regime militar e a redemocratização do país em 1988, o contexto político-partidário brasileiro também se modifica. Inicialmente a Ciência Política interpreta a criação de novos partidos como sinal de crescimento do nível de participação e fortalecimento das instituições democráticas (MAINWARING, 1991). Cresce a acomodação de interesses, anteriormente divididos nos partidos Arena e MDB, e a criação de novos partidos reflete os diferentes interesses representados na sociedade a partir dos anos 1990.

Nesse primeiro momento, a interpretação da atuação parlamentar vai no sentido de entender os partidos como atores fortes na arena eleitoral, mas que detinham pouco poder de coesão e fidelidade durante a atuação dos deputados federais no Congresso Nacional (MAINWARING, 1991; AMES, 2003).

Os interesses locais eram traduzidos por meio do processo eleitoral nos representantes eleitos, mas, após a eleição, se voltavam para a consecução de políticas baseadas em *pork barrel*, *credit claming* e entrega de emendas parlamentares às suas bases eleitorais. O objetivo principal do parlamentar seria sua reeleição¹², e o modo para obter esse resultado seria por meio desse conjunto de práticas de distribuição de benefícios (MAYHEW, 1974).

Nesse contexto, os partidos políticos teriam, dessa forma, papel coadjuvante na interação dos deputados federais após a sua eleição, uma vez que, para a obtenção dos recursos e emendas parlamentares, os deputados negociariam diretamente com o Poder Executivo. Essas trocas seriam também marcadas por traços de clientelismo e personalismo:

¹² Há outros estudos sobre ambição política, os quais tratam das ambições de ascender a cargos no Poder Executivo; e as ambições de construir a carreira no Poder Legislativo. Ver Black (1972).

Segundo Mainwaring, essa combinação estimula a fragmentação do sistema partidário, o paroquialismo na formulação de políticas, mandatos personalizados, partidos marcados por faccionalismo e indisciplina, migração partidária e formação de coalizões de governo *ad hoc* pela ampla utilização de patronagem. (MIRANDA, 2009, p.912)

No entanto, houve uma mudança de interpretação após os estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999), que analisaram os padrões de votações nominais dos deputados federais. Os autores encontraram altos índices de disciplina partidária por parte dos parlamentares, contrariando a visão anterior, passando dos 90%, sendo os menores índices encontrados em torno de 85%.

Os altos escores de disciplina partidária, segundo os autores, seriam possíveis por meio da atuação dos líderes, que teriam o papel de coordenar os interesses das respectivas bancadas legislativas e intermediar as negociações com o Executivo.

De um papel secundário na atuação parlamentar, os líderes passam a dispor de uma atuação central, pois atuam solucionando dilemas de ação coletiva existentes internamente nas bancadas e conseguem mobilizar os votos (Olson apud Tavares, 2003, p. 301). A partir do conjunto de votos disponíveis dentro de sua bancada, os líderes conseguem barganhar mais recursos, cargos e emendas parlamentares junto ao Presidente da República (PEREIRA e MUELLER, 2003).

Essa mobilização coesa e disciplinada refletia o poder concedido aos líderes partidários por meio da Constituição Federal e dos Regimentos Internos das Casas Legislativas. Além disso, como trabalhavam em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados, os líderes também dispunham de grande poder de agenda e capacidade de interferir no que seria levado à votação em plenário. “A conclusão, em termos gerais, é que a centralização do poder nas lideranças e no Executivo reduz ou coíbe os estímulos distributivistas ou paroquialistas, gerados pelo formato do sistema eleitoral”. (MIRANDA, 2009, p. 913)

Algumas críticas em relação à disciplina partidária também foram relacionadas aos estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999). Melo (2004) aponta para a questão da migração partidária e como os partidos seriam coesos, se há tanta migração partidária. A pergunta seria “inversa”: como existiriam partidos fortes, já que há tanta

migração? Assim, o autor aponta que os índices de disciplina partidária não refletiriam coesão dentro dos partidos. No mesmo sentido, como consequência da baixa coesão, os líderes perderiam poder nas negociações e barganhas frente ao Poder Executivo.

Outra crítica refere-se às não decisões do Parlamento. Ames (2003), ao tratar do sistema de representação proporcional por lista aberta e da desproporcionalidade das cadeiras entre os estados, trata também do poder de veto das bancadas. O autor aponta que as minorias dispõem de poder de obstrução e veto frente a algumas proposições, o que provoca a retirada de projetos da pauta legislativa. “A inclusão dessas não-decisões poderia aumentar exageradamente as verdadeiras consequências da desproporcionalidade das cadeiras” (AMES, 2003, p. 78).

Miranda traz o estudo sobre a centralização do processo decisório e como os incentivos na arena eleitoral influenciam as votações nominais dos deputados federais. Partindo da análise de que os fatores explicativos do comportamento parlamentar em “fatores exógenos à arena decisória, mais especificamente na eficiência das eleições e em seus efeitos sobre a *accountability* eleitoral” (MIRANDA, 2009, p. 914).

Segundo a autora, em sistemas eficientes, a alta disciplina partidária também se reflete na arena eleitoral, uma vez que o partido ganha maior poder, tanto informativo quanto negocial. Miranda aponta que, quando se estuda os partidos políticos, tem-se dois momentos distintos tratados pela literatura. O primeiro trata do comportamento eleitoral; o segundo, sobre a representação parlamentar, após as eleições.

O comportamento parlamentar mais coordenado no Congresso (ou seja, votações mais disciplinadas) seria importante no momento eleitoral porque proporcionaria maior valor (ganho) informacional ao partido. Ao contrário, como decorre o efeito *coattail*, como Miranda aponta para a análise de Samuels (2003):

[A] disciplina e a responsabilização dos partidos pelo governo podem ser estimuladas pelo presidencial *coattail* effects. Nesse caso, haveria convergência entre as propostas apresentadas na campanha presidencial e aquelas apresentadas pelas diversas elites partidárias (regionais ou locais) na disputa legislativa. Nas eleições eficientes, também se prevê essa convergência, mas a possibilidade de os partidos perdedores se alinharem ao governo é significativamente menor, pois eles possuem

interesses de longo prazo e não estão dispostos a se responsabilizar por um governo que não elegeram (MIRANDA, 2009, p. 917).

Miranda encontra efeito de correlação entre a votação das governadorias e da presidência em relação à eleição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A autora afirma que os partidos centralizados buscam coordenar mais o comportamento de suas bancadas, enquanto os partidos descentralizados atuam mais segmentados segundo os interesses locais ou regionais, e menos visando o eleitor mediano nacional. Quanto à clivagem da formação da base do governo, Miranda afirma:

Por outro lado, dadas as prerrogativas do Executivo no processo decisório, mais especificamente seu monopólio na distribuição de recursos importantes para os legisladores, é plausível esperar que, integrando a base governista e, portanto, tendo acesso aos recursos, as lideranças dos partidos descentralizados sejam mais estimuladas, negativa ou positivamente, a coordenar o comportamento de suas bancadas (MIRANDA, 2009, pp. 933-934).

Para a autora, essas duas análises:

Ambas se fundam no pressuposto de que é nas eleições que se forjam as conexões entre os representantes e os eleitores, e é a partir dessas conexões que emergem os incentivos comportamentais fornecidos pelos últimos aos primeiros. Nesse sentido, como diz Powell Jr. (2000), as eleições são a forma por meio da qual os eleitores “formatam” o processo político. A representação pode ser paroquialista ou nacional/geral. Esta se relaciona aos interesses de uma *constituency* nacional (MIRANDA, 2009, p. 915).

Corbellini (2003) modifica o enfoque de estudo ao tratar da disciplina partidária segundo a baixa coesão dos partidos, além de tratar da clivagem entre oposição e governo como sendo mais importante para a análise dos partidos políticos que a relação entre o *continuum* direita x esquerda. O autor questiona se a disciplina é voltada para a “disciplina do líder, ou é a disciplina da ‘caneta presidencial” (COBERLLINI, 2003, p. 261).

Cheibub et al (2009) discutem a relação do impacto das esferas estadual e federal para o parlamentar, abordando a relação entre os interesses do deputado federal e quais os interesses dos eleitores de sua região. “Essas preferências raramente coincidem, e a questão passa a ser detectar qual desses interesses prevalece nas condições vigentes”. (CHEIBUB et al, 2009, p. 264).

Os fatores estudados tratam dos atributos individuais do parlamentar; a matéria que está sendo votada; as características do estado o qual o deputado é originário; as particularidades das esferas nacional e estadual; e ainda, as características do eleitorado. Como conclusão, afirmam: “[...] preferências, e não instituições, podem ser as variáveis-chave para explicar por que esta ou aquela política não foi aprovada” (CHEIBUB et al, 2009, p. 269).

Os autores apontam para uma percepção: há maior independência no voto dos parlamentares quando são originários de estados de governadores de coalizões de oposição ao Governo Federal, e um menor grau de congruência quando a votação é substantiva, quando comparada às votações procedimentais. Além disso, os autores que existem graus de maior e menor disciplina a depender da matéria que está sendo votada: medidas provisórias (MP) seriam palco de menor acordo, enquanto propostas de emenda à Constituição (PEC) teriam maior índice de concordância.

Ames (2003) e os críticos do modelo de análise das votações nominais de Figueiredo e Limongi (1995) apontam que as matérias que vão ao Plenário, principalmente PECs, já contam em si com algum mínimo de consenso para integrarem a pauta de plenário e entrada na agenda da Câmara dos Deputados.

Outro efeito estudado sobre o comportamento parlamentar e sua ambição eleitoral é o decorrente da relação entre a relação com as bases do Presidente da República e do Governador do respectivo estado. A hipótese é a de que os parlamentares têm incentivo em manter os padrões de votação consistentes com a base governista ou de acordo com os interesses do governador de seu Estado, mesmo que isso contrarie as orientações do líder partidário (COBERLLINI, 2003).

O chamado efeito *coattail* é tratado na literatura (SAMULES, 2000; PEREIRA e RENNO, 2001; ALVES, 2019) como o resultado de um efeito de transferência¹³ de votos de um candidato a um cargo

¹³ Não é uma transferência direta, mas o efeito *coattail* trata da hipótese de que os candidatos à Presidência da República “com alto índice de votos nas eleições obtém mais votos também para seus companheiros de partido, e como consequência, obtém uma base de apoio majoritária e mais estável no Congresso Nacional” (SOARES, 2013, p. 414).

Executivo aos cargos proporcionais, em especial os deputados federais. No Brasil, como as eleições para Presidente da República e deputado federal são coincidentes, espera-se que esse efeito seja ainda mais expressivo que em países como os Estados Unidos, com eleições a cada dois anos.

David Samuels (2000) trata mais especificamente do efeito *coattail* no contexto estadual, afirmando que o sistema político no país também favorece a proximidade do deputado federal com o Governador. A construção de alianças com o Poder Executivo regional seria também importante para o cálculo eleitoral do candidato à Câmara dos Deputados, uma vez que os governadores de estado controlam diversos recursos locais.

Neste estudo, não se trata especificamente do efeito *coattail* na eleição, mas espera-se que, caso o parlamentar apresente comportamento indisciplinado em relação a seu partido político, exista alguma repercussão no estado. A premissa é a de que os deputados federais podem responder ao incentivo de atuar de acordo com os interesses do Presidente da República ou do Governador do Estado, sendo esse contexto mais saliente ao parlamentar que o contexto legislativo.

No entanto, entende-se que um partido que ofereça mais acesso a posições-chave, ou seu alinhamento com o Poder Executivo (estadual ou federal) durante o mandato, pode vir a modificar o cálculo de custo-benefício do parlamentar, fazendo-o votar mais ou menos favoravelmente à indicação do líder partidário.

E essa negociação, visando evitar conflitos de ação coletiva, faz parte da lógica de distribuição de recursos internos ao poder legislativo federal. Daí a importância conferida à coesão e capacidade de impor disciplina. Essas características são um dos principais meios de poder de que os partidos dispõem em suas negociações.

Em suma, o argumento apresentado é que os parlamentares têm incentivos para serem disciplinados em relação à orientação de seus líderes partidários até o ponto em os benefícios de uma troca ou a indisciplina superem os seus custos. Votar conjuntamente com a orientação de seu partido seria, em análises gerais, do interesse do deputado federal. Compreender os incentivos eleitorais que podem influenciar na eleição e no comportamento indisciplinado do deputado

perpassa a compreensão da dinâmica de poderes no Congresso Nacional.

No estudo proposto, a análise se concentra na dimensão dos votos obtidos eleitoralmente e sua distribuição espacial como um desses fatores, a análise da relação entre *votes* e a disciplina do parlamentar em relação à orientação de seu partido.

2.2. Tipologia Do Padrão Espacial De Votação

Existe na literatura vários estudos sobre o padrão de votação geral dos deputados. Fleischer (1976, 2007) foi o autor pioneiro no estudo sobre a distribuição geográfica dos votos no Brasil, seguindo pelo estudo de Barry Ames (2003) e Carvalho (2003) e mais recentemente, por André Borges (BORGES et al, 2016; BORGES e VIDIGAL, 2018) e Geralda Miranda (MIRANDA, 2009).

Na proposta de Ames (2003), o padrão espacial de votação nos estados apresenta duas dimensões, baseadas no desempenho do candidato no município. A partir do percentual de votos obtidos pelo candidato em relação à totalidade de votos dados em um dado município, é calculado o valor geral a partir de dois eixos, sendo um horizontal e outro vertical.

O eixo de dominância municipal se refere ao percentual que um candidato teve em relação ao total de votos para membros de todos os partidos. Sua dominância média, então, é a dominância individual do candidato ponderada pelo percentual do total de votos obtidos em cada município. Os candidatos com médias ponderadas mais altas tendem a dominar os municípios maiores e principais, enquanto os candidatos com médias mais baixas compartilham os votos nesses municípios com outros candidatos.

O eixo de compartilhamento define o percentual que o candidato obtém da totalidade dos votos dados em cada município. Assim, dominância relaciona-se ao quanto o candidato domina ou compartilha os votos dos municípios em que conquista votos. A concentração (e seu oposto = dispersão) trata da análise horizontal da votação obtida pelo candidato. Essa variável mensura como os votos do candidato se distribuem nos vários municípios que compõem o distrito eleitoral.

A partir dessas duas clivagens, o autor cria uma matriz explicativa para as dimensões, criando quatro tipologias de padrões espaciais de voto:

Tabela 1: Padrões de votação espacial

Padrões estaduais de distribuição espacial			
		% do total de votos em municípios principais	
		Baixa	Alta
Distribuição espacial de municípios principais	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

Fonte: Ames (2003)

A primeira tipologia, denominada concentrado-dominante, é o padrão espacial no qual o deputado domina um conjunto contínuo de municípios. Normalmente o candidato com esse padrão pertence a uma família local com influência econômica ou política estabelecida, ou fez um acordo com alguma família com essa configuração, ou ainda, exerceu cargo político local.

O segundo tipo de padrão é o concentrado-compartilhado, encontrado nos deputados federais eleitos nas capitais dos estados e em grandes cidades. Normalmente são candidatos que representam alguma classe social ou defendem uma classe específica.

O padrão espacial de voto disperso-compartilhado é resultado de um tipo específico de votação, em regra. São candidatos eleitos por grupos com interesses localizados, ou segmentados, como categorias trabalhistas, grupos religiosos e minorias sociais. Uma vez que essas categorias estão normalmente espalhadas por todo o estado, o padrão de votação desse tipo de eleição acompanha essa distribuição. “Esses setores são coesos e fiéis, mas pouco numerosos, de modo que os candidatos a eles se dirigem costumam coalizões em pequenas faixas de municípios” (AMES, 2003, p. 70).

Por fim, o padrão disperso-dominante trata de candidatos que fazem acordos com líderes políticos locais (por isso a dominância) e os que já ocuparam cargos na administração pública estadual, normalmente como secretário estadual. Normalmente, são secretarias que dispõem de recursos distribuídos pelos municípios, provendo visibilidade ao detentor do cargo, que acaba concorrendo ao cargo de deputado federal na eleição seguinte à sua nomeação.

Ames analisou o caso de corrupção dos “Anões do orçamento”, no qual houve desvio de milhões de reais dos recursos da Comissão Mista de Orçamento para a construção de obras públicas. O mecanismo de desvio operava pela destinação das emendas orçamentárias aprovadas pelos deputados federais para essas obras, as quais eram licitadas e ganhas por empresas já previamente determinadas. O lucro obtido era tornado lícito por meio de prêmios da loteria federal.

Nesse estudo, Ames realizou o padrão de votação dos membros da comissão envolvidos nesse caso de corrupção, encontrando o padrão de votação disperso-dominante, concluindo:

Ou seja, a dominância só é possível em contextos de pobreza, mas também é preciso que haja condições políticas favoráveis. O tipo de dominância de que desfrutavam os deputados acusados de corrupção era produto da interação da pobreza com uma máquina política estável. Quando [os candidatos] dominam um aglomerado concentrado de municípios, os deputados geralmente representam uma família de longa tradição e influência política na região. Quando os municípios dominados são dispersos, existem acordos políticos locais, caciques à cata do melhor acerto possível (AMES, 2003, p. 84).

Nelson Rojas de Carvalho (2003) também realizou estudo sobre os padrões de votação espacial dos deputados federais recebidos no estado. Seu estudo parte da análise das vertentes de estudos legislativos norte-americanos e brasileiros sobre comportamento legislativo, passa pelos padrões de competição política nos municípios e estados, e trata das consequências dessas relações para o comportamento legislativo do deputado federal.

Carvalho, da mesma forma que Ames, relaciona os padrões de votação recebidos pelos deputados federais: dos parlamentares que apresentam votação concentrada e dominante, “quase 60% já ocuparam algum cargo eletivo no estado (prefeito, vice-prefeito ou vereador), enquanto os demais tipos de votação obtêm índice de ocupação de cargo anterior de cerca de 20%” (CARVALHO, 2003).

Seguindo a tipologia, Carvalho (2003) aponta que os deputados com padrão de votação concentrado-compartilhado vencem em uma maior disputa devido à maior concentração de candidatos nas grandes cidades e capitais. Também é o tipo de voto em que mais novatos ao cargo de deputado federal são eleitos.

No caso dos deputados com votação dispersa-compartilhada, além de estarem ligados a uma categoria (Ames, 2003), Carvalho defende que é uma tipologia que também pode ser encontrada em deputados com maior experiência prévia em cargos eletivos, pois representam as categorias com bases estabelecidas e de forma mais consistente ao longo do tempo.

Em relação a distribuição dos padrões de votação nas regiões do país, Carvalho aponta que a região sudeste tem a “maioria de seus deputados (67%) com votação concentrada – percentual significativamente superior ao referente ao total do país (46%)” (CARVALHO, 2003, p. 98). Nas regiões sul e nordeste, os deputados apresentam um padrão mais disperso de votação, respectivamente 63% e 75%.

A seguir, os padrões de concentração e dispersão de voto dos deputados federais eleitos por região, encontrados por Carvalho para os anos de 1994 e 1998:

Tabela 2: Padrões de concentração e dispersão

Tipo/Ano Região	Concentrados	Concentrados	Dispersos	Dispersos
	1994 (%)	1998 (%)	1994 (%)	1998 (%)
Brasil	46	47	54	53
Sudeste	67	64	33	36
Norte	56	56	44	44
Centro-Oeste	45	45	55	55
Sul	37	44	63	56
Nordeste	25	28	75	72

Fonte: Carvalho, 2003, p. 99

Carvalho complementa seu estudo sobre dispersão e concentração de votos por meio de *survey* com deputados federais, realizado em novembro de 1999, com 280 deputados da legislatura de 1999-2003. Nesse estudo, o autor procurou estudar a visão dos parlamentares acerca de três conjuntos de temas, sendo eles: a relação dos deputados com suas bases eleitorais; suas estratégias de reeleição; e os aspectos de sua atividade legislativa.

O autor aponta que os deputados atribuíram mais a si mesmos a posse do mandato, e projetaram danos pequenos eleitorais em

eventual troca de partidos¹⁴. Em complemento, os deputados pesquisados também afirmaram que existia uma maior lealdade aos interesses de suas bases que às orientações partidárias, em caso de conflito.

Estudando os índices de personalização do voto, Carvalho encontra que os partidos de centro-direita e centro tem maior índice, que vai diminuindo à medida que se aproxima do comportamento dos deputados de esquerda.

Enquanto os deputados do PFL, PPB, PSDB e PMDB conferiram na média um peso de, respectivamente, 83, 80, 79 e 74% aos esforços individuais na obtenção do mandato, esses valores caem para 52% no caso do PT e 40% para o Pcdob (Carvalho, 2003, p. 149).

No caso de deputados do espectro de esquerda, a hipótese de Carvalho é que eles buscariam priorizar os fatores ideológicos e tomadas de posição como informadores de sua atividade na Câmara dos Deputados:

[E]speramos que os representantes de esquerda se mostrem menos inclinados à maximização de benefícios particularizados por duas razões que, eventualmente, se complementam: por um lado, acham-se fora da base do governo¹⁵ e, portanto, têm menos acesso aos recursos dessa natureza, por outro, e nos termos de Strom (1990), estariam mais voltados à maximização de políticas (Carvalho, 2003, p. 169).

O primeiro fator para evitarem as políticas distributivas seria a dificuldade, por estarem fora da base do governo e, ainda, por priorizarem fatores de maximização de políticas públicas, por conta dos fatores ideológicos. Outro aspecto estudado pelo autor foi a votação dominante no estado definindo o comportamento legislativo. Nesses casos, nos quais os deputados eleitos têm votação mais dominante, há uma busca por maiores políticas distributivas.

Todos esses achados por Carvalho corroboram algumas hipóteses a serem testadas neste estudo. Entende-se que há uma série de fatores que interferem na atuação parlamentar, e alguns desses fatores são apontados pela literatura. Neste estudo, o objetivo é traçar

¹⁴ No período do estudo de Carvalho (2003), a troca de partidos ainda não havia sido restringida. A decisão do TSE nesse sentido é datada de 2007, então essa seria uma estratégia válida aos parlamentares.

¹⁵ O período analisado pelo autor é do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, realizado pela coalizão comandada por PFL e PSDB.

a relação entre os índices de disciplina partidária em relação a esses padrões de votação, buscando compreender se existe algum incentivo pouco discutido ou mapeado na literatura relacionado a esse contexto eleição, mandato e comportamento parlamentar e disciplina partidária.



3

3

HIPÓTESES DE ESTUDO

Com base na literatura revista, tem-se duas hipóteses básicas para o estudo do comportamento dos deputados federais. A primeira delas trata da revisão das metodologias utilizadas para analisar as votações nominais dos deputados federais. Compreende-se que as votações são parte do comportamento legislativo do parlamentar e representam sua posição frente aos temas apresentados na agenda da Câmara dos Deputados.

O objetivo é atualizar a contabilização e a análise dessas votações. A metodologia proposta modifica a mensuração, no sentido de filtrar as votações procedimentais, reduzindo o número de votações consideradas “ruído” no contexto parlamentar. Desse modo, a primeira hipótese do trabalho trata sobre a expectativa de encontrar um índice menor de disciplina partidária com a nova metodologia que o encontrado pela literatura em Ciência Política (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999).

A segunda hipótese traçada no estudo é a de que, uma vez eleitos, os deputados que são indisciplinados em relação à orientação partidária, dispõem de algum incentivo, inclusive “ocultos” (TSEBELIS, 1998) para votar contrariamente à sua agremiação. Com base nesse contexto, formula-se a hipótese: espera-se que os deputados indisciplinados tenham padrão de votação espacial de baixa concentração (CAREY e SHUGART, 1995; AMES, 2003; AVELINO e BIDERMAN, 2009), que seja diferente do apresentado pelos deputados disciplinados, com votações mais concentradas.

Considerando a votação espacial dos deputados federais com comportamento “infiel”, espera-se que os parlamentares com votação dispersa sejam mais indisciplinados, uma vez que sua base eleitoral possui menor contiguidade e, em princípio, seria mais difícil a atuação de mecanismos de controle e *accountability* dos deputados com esse padrão de votação espacial. De outra forma, espera-se que os deputados com votação concentrada sejam mais disciplinados, exatamente pelo fator de maior acompanhamento de seus eleitores de sua atuação legislativa.

Dessa forma, ao diferenciar-se de seus pares segundo suas votações nominais e disciplina partidária, entende-se que o seu cálculo de comportamento no Congresso Nacional passa por outros fatores, incluindo sua dimensão eleitoral.



4

4

METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é definir a metodologia utilizada no estudo. Primeiramente define-se os deputados federais como atores racionais segundo o individualismo metodológico, buscando embasamento nos estudos que tratam de estratégias de ação e maximização de ganhos (Downs, 1957; Olson, 1965; SHEPSLE e Boncheck, 1997; Tsebelis, 1998; FIANI, 2009). Visa-se compreender quais são alguns dos cálculos racionais feitos pelos parlamentares em relação ao comportamento indisciplinado, e se existe a relação entre o padrão de votação espacial obtido no estado.

A metodologia utilizada para buscar compreender esse comportamento será a análise das votações nominais dos deputados federais a partir da estatística descritiva dos dados de votações nominais entre os anos de 2015 e 2022. Os dados foram coletados no banco de dados abertos do site da Câmara dos Deputados¹⁶.

Foram escolhidos os anos de 2015 a 2022¹⁷ por comporem o espaço temporal de duas legislaturas. A opção por analisar o período de oito anos visa facilitar a estruturação das votações nominais segundo os partidos. No entanto, as votações foram analisadas segmentadas por ano. Essa segmentação se justifica em função das trocas de presidência entre o governo Dilma Rousseff e Michel Temer na 55ª legislatura. Com isso, objetivou-se observar a disciplina a partir dos realinhamentos políticos resultantes, segundo as bases formadoras da coalizão do Presidente.

Foram consideradas apenas as votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados, excluindo-se as votações de sessões do Congresso Nacional (mesmo que realizadas fisicamente na Câmara dos Deputados) e as votações nominais nas comissões.

¹⁶ Ver site: <https://dadosabertos.camara.leg.br/>

¹⁷ A legislatura se encerra oficialmente em 1º de fevereiro de 2023, mas serão consideradas apenas as votações nominais até o dia 22 de dezembro de 2022, período constitucional de funcionamento do Congresso Nacional – não havendo sessão extraordinária (Constituição Federal, 1988, art. 57).

De acordo com esses parâmetros, as votações serão analisadas segundo seus objetos: entre as votações, existem as votações de procedimento e as votações de mérito referentes à matéria. Para a análise do comportamento dos deputados federais e seu índice de disciplina partidária, serão excluídas todas as votações procedimentais das matérias.

Em média, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no período entre 2015 e 2021, previa cinco requerimentos procedimentais para adiar a votação de uma matéria³. A redução das votações analisadas visa reduzir o “ruído” produzido pelo número excessivo de votações em torno de uma mesma matéria, mas que não traduzem de fato, a votação no mérito da proposta.

Após a realização da filtragem por período e segundo o critério de votação procedimental e meritória, a análise das votações dos deputados foi feita com a fórmula em três fatores:

- a) deputado vota de acordo com seu respectivo partido = valor “1”;
- b) deputado vota ABSTENÇÃO, OBSTRUÇÃO ou FALTA à VOTAÇÃO = valor “0”;
- c) deputado vota CONTRÁRIO à orientação partidária = valor “-1”.

Essa distinção visa conferir diferentes pesos à gradação de votos de acordo com a orientação partidária. Nos casos específicos de FALTA e ABSTENÇÃO, ou o parlamentar não estava presente no momento da votação ou votou abstenção por considerar ter dificuldades pessoais em votar determinada matéria. Nesses casos, ocorre o uso desses dois tipos de votos com o objetivo de não seguir a orientação de sua agremiação política, embora seja considerado menos grave que a votação CONTRÁRIA à orientação partidária.

O escore negativo para esses casos permite atribuir peso maior quando o deputado recebe a orientação do partido e, ainda assim, vota contrariamente. Nos casos recorrentes e sistemáticos de indisciplina partidária, espera-se que pontuação final reflita valores menores desse somatório.

Nos casos específicos de OBSTRUÇÃO, atribui-se o valor zero devido ao fato de que o deputado federal somente consegue registrar voto OBSTRUÇÃO somente quando o partido orienta obstrução. No

entanto, preferiu-se adotar o critério de soma zero devido à incapacidade de avaliar de forma objetiva o posicionamento do parlamentar, embora esteja seguindo a orientação de seu partido.

Primeiramente, apresenta-se no trabalho as votações nominais segundo a disciplina do partido. Nessa análise, foram considerados os partidos: PT, Pcdob, PSB, PDT, Cidadania, PSDB, MDB, PR/PL, PSL, PTB, PP, PV, DEM, Podemos, Solidariedade, PRB/Republicanos, PRP, PTC, PMB, PPL, PHS, Avante, Patriota, Rede e União. Quando existir troca de nome da sigla partidária, o estudo coloca as duas siglas juntas, divididas pelo sinal “/”, para facilitar a interpretação e correspondência de análise.

Foi criado um índice de entre a subtração dos escores negativos (variável: score_neg) em relação aos escores positivos (variável: score_pos). Os escores nulos (score_nul) não foram contabilizados, mas serviram de embasamento para a classificação ou não do deputado na análise. Segue a Tabela 3 como exemplo dessa codificação para os cinco deputados mais disciplinados em 2016:

Tabela 03: Exemplo de codificação dos escores da disciplina partidária

deputado_nome	deputado_siglaPartido	deputado_siglaUf	score_pos	score_neg	score_nul	score_final	trocou_partido
Tiririca	PR	SP	92	1	7	91	FALSE
Rubens Bueno	PPS	PR	86	0	2	86	FALSE
Izalci Lucas	PSDB	DF	85	0	6	85	FALSE
Nelson Meurer	PP	PR	85	1	4	84	FALSE
Miguel Lombardi	PR	SP	83	0	7	83	FALSE

Fonte: autoria própria, 2023.

Faz-se uma ressalva sobre o processamento dos escores. Um deputado que tenha participado de quantitativo menor de votações, mas foi consistente com a orientação partidária, alcança escore igual ao de um deputado federal com maior número de votações, mas com maior dissidência em relação à orientação de seu partido. Essa é uma limitação do modelo e, uma vez que foi analisado o quantitativo geral dos parlamentares, optou-se por não realizar um corte de votação mínimo para esses casos.

Como observado na Tabela nº 03, foi feito um tratamento caso o deputado tenha trocado de partido durante o ano, gerando uma coluna de análise com resultados booleanos (com valores TRUE, quando houve troca de partido; e FALSE, nos casos em que o deputado permaneceu o ano todo no mesmo partido). Isso teve como objetivo manter a contagem dos escores de disciplina partidária para o deputado, mesmo

que esse tenha trocado de partido. Também foram excluídas as votações de deputado classificado como “sem partido”, uma vez que não há orientações para esse tipo de votação.

Para realizar essas análises dos partidos e dos deputados e distribuição dos votos foi utilizado o programa *python*. A opção pelo uso do software justifica-se por sua capacidade analítica de grandes dados e pacotes específicos voltados para análise de grandes *dataframes*. Para a análise dos dados de votação espacial nas eleições proporcionais para deputado federal nos anos de 2014 e 2018 (que antecedem as legislaturas estudadas) também foi utilizado o programa *python*. A base de dados consultada foi do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe do número de votos recebidos pelos deputados federais eleitos segundo região, município e zona eleitoral.

Após a filtragem da base de dados geral obtida do Tribunal, foi realizado o tratamento dos dados, analisando os resultados eleitorais dos deputados selecionados na primeira etapa da pesquisa. Na tabela de classificação de 2018 foram reincluídos os deputados que compuseram a análise em 2014, caso entrem novamente em algum dos decis analisados. Isso ocorre porque estão novamente desempenhando o mandato.

Na análise da votação espacial dos deputados federais, foi utilizado o índice criado por Carvalho (2003), que mede “o número de municípios em que os deputados federais eleitos foram votados de forma *efetiva*” (CARVALHO, 2003, p. 96 – grifo do autor). Considerou-se o índice como uma variável contínua, mas categorizada nas mesmas faixas de concentração e dispersão designadas por Carvalho.

No estudo, foram utilizados dois percentuais: a) o percentual de votação do deputado obtido em seu município mais votado em relação ao total da votação; b) o percentual de votação do deputado nos dez municípios em que mais obteve votos. Essa diferenciação se faz necessária para compreender se o primeiro município mais votado foi, de fato, gerador da concentração, ou se houve concentração em mais de um município, mas não suficiente para atingir os dez primeiros.

Com base no índice de classificação do segundo fator (o cálculo dos 10 municípios com maior votação pelo deputado) será calculado o índice:

1) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO ALTA: o deputado entre 100% e 85% do total de votos, nos 10 primeiros municípios e, ao menos, 65% de votação no município mais votado;

2) Deputados de votação com concentração média ALTA: o deputado concentra nos 10 primeiros municípios entre 75% e 85% do total de votos obtidos pelo deputado; entre 65% e 40% de votação no município mais votado;

3) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO MÉDIA: o deputado nessa categoria concentra nos primeiros 10 primeiros municípios com sua maior votação, entre 75% e 60% do total de votos recebidos; e entre 40% e 30% dos votos no município mais votado;

4) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA: o deputado recebe entre 60% e 50% do total de votos obtidos nos dez municípios mais votados; e entre 30% e 15% dos votos no município mais votado;

5) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO BAIXA: o deputado recebe menos que 50% do total de votos obtidos nos dez municípios mais votados; e no máximo 15% dos votos no município mais votado;

Com base nos quartis disciplinados e indisciplinados, e após a classificação dos deputados nas cinco tipologias acima, verificou-se se existe relação entre essas duas variáveis: disciplina partidária e concentração dos votos nos municípios. Inicialmente foram realizados testes de dispersão com gráficos *boxplot* com a distribuição total dos votos dos deputados e posteriormente a separação por quartis.

Todos os deputados federais das duas legislaturas analisadas tiveram seus escores de disciplina partidária (*score_final*) normalizados, gerando o dado *score_normalizado*, que foi utilizado no *boxplot* de dispersão e na análise dos dados da regressão. Foram selecionados 886 deputados entre o quartil mais disciplinado e 880 deputados para o quartil menos disciplinado.

A hipótese 2 do trabalho trata da expectativa de que os deputados mais disciplinados apresentassem padrão de votação concentrado, de forma que seus eleitores conseguissem fazer a relação

entre desempenho na Câmara dos Deputados e sua atuação local. De outra forma, os deputados que apresentam padrão de votação disperso teriam incentivos à indisciplina, já que seus eleitores estariam distribuídos pelo estado, e dessa forma, haveria menos controle por parte de seus eleitores.

Para verificar essa hipótese, após a exploração dos dados e de sua distribuição entre as classes e entre os índices de disciplina partidária por quartis, foi realizada uma regressão logística com esses dados. A variável independente foi o padrão de votação espacial, operacionalizada com base nos votos obtidos entre os dez municípios de maior votação pelo deputado federal. A variável dependente foi tratada segundo os índices de disciplina a partir dos escores finais normalizados, calculados na primeira seção de resultados do estudo.

Optou-se por utilizar a metodologia de regressão logística pela natureza da variável dependente, considerada entre os índices “disciplinado” e “indisciplinado”, considerando a ausência ou presença dos escores normalizados para os dois quartis analisados.

Dessa forma, espera-se que a regressão logística aponte para um resultado mais robusto na análise da relação de probabilidade entre a concentração de votos e a disciplina partidária. Objetiva-se dessa forma, avaliar de modo mais preciso a relação entre essas duas variáveis consideradas no estudo.



5

5

RESULTADO

Inicia-se a seção resultados com a análise dos padrões de votação nominal dos deputados federais nos anos de 2015 a 2018 (55ª legislatura) e os anos de 2019 a 2022 (56ª legislatura), segundo seus partidos. Essa primeira seção trata da primeira hipótese do trabalho, relacionada ao índice de disciplina partidária apresentada pelos partidos políticos.

Posteriormente, a seção de resultados avança para a análise individual dos deputados e os resultados da segunda hipótese, qual seja, a expectativa de relação entre o padrão de votação espacial do deputado e sua disciplina partidária.

5.1. 55ª Legislatura (Anos De 2015 A 2018)

Nessa legislatura, a análise contou com 29 partidos em 2015, 25 em 2016 e 26 partidos entre os anos de 2017 e 2018. No ano de 2015, o PMB apresentou somente 42 votações nominais, e foi excluído da análise após a constatação de 41 que delas foram computadas como valores nulos, ou seja, não houve orientação partidária ou o deputado se encontrou em alguma das hipóteses de contabilização do voto para essa forma de análise. Foi necessário excluir também os partidos com poucos dados de orientação¹⁸ obtidos no site dos dados abertos, o que dificultou a estruturação dos escores. Nesse rol de partidos estão: REDE, PHS, PRP, PPL e o PMN.

Em 2016, os partidos PRTB, PMN, PRP e PTC também tiveram poucos escores de votação, sendo retirados da análise. Seguindo a mesma lógica, em 2017 foram retirados da análise os partidos PRP e PMB e PTC. Em 2018, PRP, PTC e PPL, pelos mesmos motivos apresentados, não entraram no cômputo dos valores analisados de disciplina partidária por partido.

¹⁸ Considerou-se partidos com poucos dados de orientação partidária os partidos com orientações abaixo de 50% das votações analisadas.



Pode-se observar o predomínio, nos quatro anos da 55ª legislatura, do PSOL, que obteve a maior pontuação de disciplina em três dos quatro anos analisados, apresentando índices de disciplina partidária entre 99,74% e 99,05%. Esses altos índices demonstram a coesão do partido uma vez que, mesmo sendo consideradas somente votações com maior grau de conflito, o partido e seus deputados mantêm um alto grau de disciplina.

O PCdoB também aparece como um dos partidos mais disciplinados, atingindo em 2018, o escore de 100%, ou seja, todos os deputados votaram segundo sua orientação partidária. Nos demais anos da 55ª legislatura, os escores de disciplina do partido variaram pouco, e se mantêm altos, entre 96,78% e 99,12%.

O PT apresenta índices de disciplina entre 99,01% e 95,49%, entre 2015 e 2018. Esses três partidos do espectro eleitoral demonstram uma esquerda com alto grau de coesão em relação aos deputados membros e a disciplina apresentada por eles. Nos três casos, os valores de escores de disciplina partidária foram acima do esperado, pois a literatura aponta para índices em torno de 95% para partidos mais coesos, e o estudo encontrou valores próximos a 100%, mesmo quando analisadas somente votações com maior dissensão.

Observando-se a Tabela 4, tem-se uma série de partidos revezando as posições entre a 4ª e a 15ª posições, que representam partidos ainda coesos, mas com menor índice de disciplina que os partidos comentados. Além disso, a partir da 4ª posição no ranking, os partidos têm maior variação, trocando de posições a depender do ano analisado, mesmo sendo dentro de uma mesma legislatura.

O Partido Rede, que obteve seu registro de partido político em setembro de 2015, foi criado a partir de uma dissidência do PV e, nas eleições de 2014, lançou a candidata Marina Silva pelo PSB. Na 55ª legislatura, o partido aparece como 11º colocado no ranking, embora, percentualmente, tenha seu escore final partidário com menor volume de votações. Optou-se por manter a análise no ranking para comparativo em relação aos anos seguintes. O partido apresenta comportamento médio de disciplina, figurando em 10º lugar no ano de 2016, 4º em 2017 e retornando ao 10º lugar em 2018.

O PPS ocupa a terceira posição no ranking em 2015, figurando em sétimo e sexto (2016 e 2017, respectivamente), somente caindo de posicionamento em 2018, embora tenha índices de 96,34% em 2015. Em

2018, o índice de disciplina partidária foi menor, no valor de 90,67%, e, relativamente, na 18ª posição no ranking de disciplina. As mudanças, principalmente no ano de 2018, podem refletir o reposicionamento dos deputados federais e partidos políticos em relação às eleições.

O cenário político estava refletindo uma maior diferenciação entre esquerda e direita no espectro ideológico, e as diferenças estavam mais acirradas. Nesse caso, os índices de disciplina maiores e menores, e as trocas de posição entre os partidos nesse ano também podem refletir esse contexto eleitoral nacional.

PSDB, partido que lançou candidato presidencial em 2014 e elegeu 54 deputados nesse ano, atravessou a 55ª legislatura ocupando posições entre a 4ª e a 9ª posição no ranking de disciplina partidária. No entanto, o partido apresenta escores maiores entre os anos de 2015 e 2016, os dois primeiros anos da legislatura. Em 2017, o índice cai para 90,34% e 2018 volta a subir, alcançando 94,41%.

PRB/Republicanos figura entre os partidos mais disciplinados nos anos de 2015, 2016 e 2018, com valores de disciplina partidária entre 95,24% e 92,52% no período. Em seu pior ano da legislatura, o índice de disciplina foi de 88,74%, ocupando a 13ª posição no ranking.

O Democratas também apresentou comportamento disciplinado na 55ª legislatura, entre as posições 6ª, 7ª, 8ª e 10ª, respectivamente. Não houve grandes variações de disciplina entre seus membros, e todos os seus índices ficaram acima de 91%, sendo em 2018 o maior escore geral entre os 4 anos: 94,47%.

PMDB/MDB apresentou altos índices de disciplina partidária, principalmente a partir dos anos de 2016 a 2018, o que pode ser creditado à sua chegada ao poder por meio do *impeachment* da Presidente Dilma Roussef e a presidência de Michel Temer, filiado ao PMDB. O partido apresentou valores de disciplina partidária de 86,81%, em 2015, aumentando para 92,26% em 2016, apresentou queda no índice em 90,49%, em 2017 (apesar de subir no ranking), e disciplina de 96,40%, em 2018.

No ano de 2017, na qual houve a troca de governo por meio do *impeachment* da Presidente Dilma, os escores de disciplina partidária foram comparativamente menores do que os outros anos da legislatura. Mesmo os partidos com altos escores tiveram índices menores, e a diferença percentual dos índices dos partidos no meio do

ranking e ao final foram maiores em relação aos anos de 2015, 2016 e 2018. Isso pode ser visto em relação aos escores: a partir do Partido Rede Sustentabilidade (4º lugar no ranking), todos os índices de disciplina partidária ficaram abaixo de 93%, sendo esse índice no ano de 2018 referente à 14ª posição.

Em relação à análise geral dos partidos, os primeiros colocados na avaliação de disciplina apresentaram índices maiores que os encontrados na literatura (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999). No entanto, com exceção do ano de 2016, os partidos acima da 10ª colocação tiveram um índice menor que 85%, contrariando as expectativas de encontrar índices iguais ou acima desse valor. Partidos como PSD, PSB e PR tiveram índices abaixo de 80%, com índice acima desse valor somente em 2018.

Analisando os partidos com menor índice de disciplina partidária, vários partidos se alternam ao final do ranking: PSC, PROS, PSB, PMN, PTB, PRTB. No ano de 2015, o PP, partido com 38 deputados, obteve o segundo menor índice de disciplina partidária. Esse foi um achado que contrariou as expectativas do estudo.

O partido foi criado em 1995 como resultante da fusão de setores do antigo partido Arena e um dos mais antigos entre os partidos existentes. A expectativa implícita nesse caso seria o partido integrar o ranking entre os partidos com disciplina média, mas em 2015 esse partido apresenta baixo índice de disciplina partidária. Nos anos seguintes, o PP tem índices medianos de disciplina, ocupando entre a 10ª e 13ª posição. É importante ressaltar que seu melhor posicionamento no ranking de disciplina foi em 2017, ano considerado de reposicionamento dos partidos por conta do início do Governo Temer.

Outro partido com grande número de deputados eleitos em 2014 e que esteve ao final do ranking de disciplina foi o PR. Em nenhum ano o partido teve índice acima de 92% e posicionamento acima de 13º no ranking. Em 2018, esteve em 19º no ranking geral de partidos.

O PSB, que chegou a lançar candidato à Vice-presidência o então Governador de estado Eduardo Campos na chapa de Marina Silva, apresentou índices de disciplina partidário relativamente baixos, em todos os anos da 55ª legislatura. O melhor ano de posicionamento foi em 2018, com a 12ª posição.

Mesmo com as possíveis ressalvas de partidos menores e, possivelmente, com menor índice de orientação partidária para seus membros, os escores encontrados mostram a heterogeneidade dos índices de disciplina. Os partidos mais coesos e disciplinados apresentaram índices mais altos que os esperados, enquanto os partidos com baixos escores tiveram índices abaixo da expectativa inicial do estudo.

Tabela 4 – Disciplina por partidos – 55ª Legislatura

2015		2016		2017		2018	
Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina
PSOL	99,05	PSOL	99,74	PSOL	99,72	PCdoB	100
PCdoB	96,78	PT	99,46	PCdoB	99,12	PSOL	99,22
PPS	96,34	PCdoB	98,97	PT	97,39	PT	99,01
PT	95,49	PSDB	95,84	REDE	92,07	PMDB	96,4
PSDB	95,48	PRB	95,01	PDT	92,06	PSL	96,26
PTdoB	94,96	DEMOCRATAS	94,15	PPS	91,86	PRB	95,24
PDT	92,73	PPS	93,98	DEMOCRATAS	91,55	PDT	95,09
PRB	92,52	PSL	93,5	PMDB	90,49	DEMOCRATAS	94,47
PSL	92,2	PHS	93,01	PSDB	90,34	PSDB	94,41
DEMOCRATAS	91,61	REDE	92,86	PP	90,32	REDE	94,29
REDE	91,38	PMDB	92,26	PEN	89,01	PV	93,55
PR	90,92	PP	91,7	PV	88,8	PSB	93,55
SOLIDARIEDADE	90,51	PR	91,04	PRB	88,74	PP	93,18
PSDC	88,59	PTB	90,67	PTB	87,14	PODEMOS	92,13
PEN	87,9	PTN	90,14	PSD	87,13	MDB	91,91
PSD	87,84	PSD	89,24	PSL	86,23	PTB	91,9
PMDB	86,81	SOLIDARIEDADE	88,51	PR	85,64	PSD	91,45
PHS	86,74	PDT	88,4	SOLIDARIEDADE	83,55	PPS	90,67
PSB	86,47	PV	86,93	PSC	83,21	PR	90,2
PTC	85,76	PSB	85,47	PODEMOS	79,26	SOLIDARIEDADE	87,65
PRP	84,89	PEN	85,42	PHS	78,85	PHS	87,5
PV	84,74	PMB	83,02	PSB	78,35	PEN	86,21
PROS	81,91	PROS	82,79	PROS	73,84	PSC	75,57
PTN	81,05	PSC	77,96	AVANTE	68,38	PATRIOTA	71,43
PRTB	80	PTdoB	67,65	PTN	67,89	PROS	70,37
PTB	79,66			PTdoB	53,38	AVANTE	68,94
PMN	78,11						
PP	74,78						
PSC	63,56						

Fonte: autoria própria, 2023.

5.2. 56ª Legislatura (Anos De 2019 A 2022)

Em relação ao volume total de votações, percebe-se um aumento significativo no quantitativo das votações analisadas. Os anos de 2020 e 2021 contaram, respectivamente, com 273 votações totais analisadas e 485 votações. Esses valores refletem a maior produção legislativa da Câmara dos Deputados no período de pandemia do coronavírus, o que necessitou de aprovação de diversos projetos relacionados a auxílios e regulamentação de setores durante esse período.

Além disso, houve uma modificação no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que teve como objetivo privilegiar as votações de mérito das proposições e o direito de fala da oposição. Dessa forma, muitas das votações de destaque que anteriormente não eram votadas nominalmente passaram a ter seu voto contabilizado, o que também pode ter contribuído para o aumento no quantitativo de votações analisadas¹⁹.

No ano de 2019 foram estudados 25 partidos, sendo retirados do estudo o PSDC, PTC e votações de deputados classificados como “sem partido”. Somente em 2019 foi necessário desconsiderar classificações desses partidos devido à falta de orientação.

¹⁹ A alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados artigo 155, parágrafo único, inciso II, e artigo 157, parágrafos 3º e 3-A trouxe a impossibilidade de apreciação de requerimentos de retirada de pauta e adiamento de discussão e votação em matéria com aprovação em regime de urgência na mesma sessão. Isso promoveu a redução de apreciação de requerimentos protelatórios, ao mesmo tempo em que aumentou o número de deputados que podem se inscrever para discutirem a matéria. Anteriormente, esse valor (contido no artigo 157 do RICD) era de seis deputados. A seguir os dispositivos alterados por essa Resolução (grifo nosso):

Art. 155. Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem esse número, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados, sem a restrição contida no § 2º do artigo antecedente.

Parágrafo único. A aprovação da urgência, nos termos deste artigo:

I - impede a apresentação, na mesma sessão, de requerimento de retirada de pauta;
II - impede a apresentação ou implica a prejudicialidade de requerimento de adiamento de discussão, se a matéria estiver instruída com todos os pareceres.
 (Parágrafo único acrescido pela Resolução nº 21, de 2021)

Art. 157. Aprovado o requerimento de urgência, entrará a matéria em discussão na sessão imediata, ocupando o primeiro lugar na Ordem do Dia.

§ 3º Na discussão e no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência, somente o Autor, o Relator e os Deputados inscritos poderão usar da palavra, por três minutos cada, alternando-se, quanto possível, os oradores favoráveis e contrários e, após falarem doze Deputados, admitir-se-á requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem esse número, destinado ao encerramento da discussão e do encaminhamento da votação. (Parágrafo com redação dada pela Resolução nº 21, de 2021);

§ 3º-A A aprovação do requerimento de encerramento de discussão e de encaminhamento de votação a que se refere o § 3º deste artigo impede a apresentação ou implica a prejudicialidade, na mesma sessão, dos requerimentos de adiamento de votação, salvo se o Relator, ao examinar as emendas, promover alteração no texto a ser submetido ao Plenário. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 21, de 2021) Grifo nosso.

Além disso, três partidos: PR/PL, PPS/CIDADANIA e PRB/REPUBLICANOS, inicialmente analisados de forma separada, tiveram a análise de seu índice de disciplina somado. Uma vez que os deputados dos partidos, respectivamente, permaneceram os mesmos, o índice de disciplina parcial no ano calculado para cada um dos partidos foi considerado conjuntamente para a tabela 2. Após esse tratamento, foram analisados 22 partidos.

Nos demais anos, foram analisados todos os partidos votantes. Entre 2020 e 2021, foram 24 partidos estudados e em 2022, 25. Nesse último ano, foi criado o União, pela junção do PSL e Democratas. Como a criação foi em outubro de 2022, realizou-se a análise separada desse partido. Não foi realizado o somatório de votos entre os partidos iniciais devido às duas orientações anteriores apresentadas pelos partidos.

Entre os anos de 2019 e 2022, o partido Novo foi o partido mais disciplinado nos quatro anos, ocupando a primeira posição com índices sempre acima de 99% de fidelidade partidária.

A seguir, os partidos PT, PCdoB e PSOL repetem a coesão apresentada na legislatura anterior, mantendo altas posições no ranking de fidelidade durante os quatro anos analisados. Somente em 2020 e 2021, o partido REDE ultrapassa esses três partidos, que apresentam alto grau de coesão durante todo o estudo. No entanto, o partido só tinha uma deputada federal filiada, podendo esse fato contribuir para o alto índice de disciplina partidária.

Observa-se com essa análise inicial que tanto o partido Novo, componente da direita, quanto partidos como PT, PSOL e PCdoB, partidos do espectro político de esquerda, apresentam alto grau de coesão interna. Importa ressaltar que, na 56ª legislatura, o Governo de Jair Bolsonaro tinha o apoio dos partidos de direita, impondo maior custo aos partidos de esquerda para manterem seus índices de disciplina partidária, principalmente para o PT, partido que elegeu 54 deputados nas eleições de 2018.

O PSL, que apresentou índices medianos na 55ª legislatura, começou a apresentar uma maior disciplina partidária em 2018 (ver Tabela nº 04) e em 2019, ocupando o 5º lugar no ranking, possivelmente reflexo da maior visibilidade adquirida durante as eleições de 2018 e eleição de seu candidato presidencial, ao mesmo tempo em que existe o efeito *coattail* em relação aos deputados eleitos. Isso pode ser visto a

partir do ano de 2020, no qual há uma queda para a 16ª posição no ranking. Nos anos seguintes, o PSL se mantém na 9ª posição.

O PR/PL melhora seus escores de disciplina partidária em geral na 56ª legislatura, entrando no ranking dos partidos medianos, com posições entre 14ª (2019) e subindo no ranking até a 7ª posição, em 2022.

Republicanos (antigo PRB), inicia o governo Bolsonaro como partido com disciplina média, ocupando a 12ª posição em 2019 e sobe no ranking a partir do ano seguinte, repetindo a 6ª posição entre 2020 e 2022. Nesse período, o partido teve uma maior adesão à base governista, o que pode contribuir para a maior disciplina no período.

Patriota foi um partido que apresentou baixos índices de disciplina na 55ª legislatura e passou a integrar os partidos de disciplina média na 56ª legislatura: 11ª posição, 9ª posição, 7ª posição e 11ª posição, respectivamente.

Outro partido com média disciplina que se manteve estável durante a legislatura foi o Democratas: não houve variação no ranking em mais de duas posições, ocupando a 10ª e a 12ª posição ao longo dos anos.

Observando-se os partidos com alta disciplina, componentes do topo do ranking, e os partidos com posicionamento médio, entre o 4º e o 15º lugar, os escores de disciplina partidária foram maiores na 56ª legislatura do que na 55ª legislatura. Mesmo com o maior número de votações nominais analisados em Plenário, os índices permaneceram, em média, maiores. Escores abaixo de 85% apareceram somente ao final das tabelas anuais, sendo o pior índice de disciplina no ano de 2022, com 75,04% do Avante.

Os partidos com piores escores de disciplina partidária foram PROS, PSB, PV e Podemos. O Avante esteve listado nos quatro anos da legislatura entre os cinco partidos com menor disciplina partidária, com índices entre 62,36% e máximo de 82,70%, embora mesmo na classificação com maior escore, ainda esteja posicionado como terceiro pior partido em índice de disciplina partidária.

O PSB esteve ao final da lista de disciplina partidária, ocupando o ranking dos cinco menores escores entre 2019 e 2021. Em 2022, o partido melhorou sua classificação, mas manteve-se ainda na 17ª posição. O comportamento indisciplinado também foi observado na

55ª legislatura em relação aos deputados federais do PSB, indicando baixa coesão dos membros do partido, de forma sistemática.

O PV percorreu o mesmo caminho do PSB: apresentou baixas posições no ranking de disciplina, aumentando seu escore em 2022. O partido veio diminuindo ao longo da 55ª e 56ª legislatura, passando de 8 deputados eleitos para 4 em 2018, o que pode refletir sua dificuldade em manter a coesão de seus deputados.

O Podemos apresentou índices altos em 2019 e 2022, reduzindo seu posicionamento no ranking da disciplina entre 2020 e 2021. A disciplina no ano pós-eleitoral e no de 2022 pode estar relacionado ao cenário eleitoral: no último ano da legislatura, o partido aquele pelo qual o candidato à reeleição Presidente Jair Bolsonaro seria lançado. No entanto, o candidato optou por lançar-se pelo PL, mas esse rearranjo de candidatos pode ter interferido para os maiores escores nesses dois anos. Em movimento contrário, o PSD apresentou baixos índices de disciplina nos anos de 2019 e 2022, melhorando seu posicionamento no ranking entre 2020 e 2021.

Embora os índices da 56ª legislatura sejam, em geral, maiores que os da 55ª legislatura, ainda se observa a diferença de escores obtidos entre os partidos considerados mais disciplinados e os com menor índice. A expectativa de índices em torno de 85% não foi corroborada, embora existam três observações a serem feitas em relação aos índices de disciplina partidário.

Na 56ª legislatura, observou-se índices maiores dos partidos no primeiro e último ano da legislatura, o que pode significar a ligação com o contexto eleitoral, levando o deputado federal ser mais disciplinado. Em seu primeiro ano de mandato, as coalizões ainda estão se formando, e o deputado ainda está ligado ao partido pelo qual foi eleito; no último ano, essa relação de maior disciplina geral dos deputados em relação a seus partidos pode estar ligada ao posicionamento dos partidos em relação às próximas eleições.

A compreensão desses mecanismos que interferem no processo de votação nominal das matérias na Câmara dos Deputados e a disciplina partidária dos deputados em relação a seus partidos políticos importa ao processo legislativo e ao processo representativo dos eleitos. A segunda parte desse trabalho passa a tratar da relação entre os escores de votação nominal e disciplina partidária e sua relação com os votos obtidos pelos parlamentares quando de sua eleição no estado,

buscando conferir se existe algum incentivo ou relação entre essas duas variáveis.

Tabela 5 – Disciplina por partidos – 56ª Legislatura

2019		2020		2021		2022	
Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina
NOVO	99,84	NOVO	99,58	NOVO	99,68	NOVO	99,86
PT	99,14	REDE	99,56	REDE	99,49	PSOL	98,84
PCdoB	98,90	PCdoB	98,23	PSOL	99,28	PT	98,75
PSOL	98,65	PT	98,00	PCdoB	99,10	PCdoB	98,04
PSL	98,61	PSOL	97,79	PT	98,80	REDE	97,78
PR	98,23	REPUBLICANOS	97,28	REPUBLICANOS	97,91	REPUBLICANOS	97,68
PPS	97,89	PP	96,04	PATRIOTA	96,94	PP	97,03
REPUBLICANOS	97,87	MDB	95,47	PP	96,40	PL	96,57
CIDADANIA	96,62	PATRIOTA	94,98	PSL	95,21	PSL	95,70
DEMOCRATAS	95,90	PL	94,94	PSC	95,12	PSC	95,62
PATRIOTA	95,21	PTB	94,22	PL	94,95	PATRIOTA	94,84
PRB	95,18	DEMOCRATAS	93,66	DEMOCRATAS	93,54	DEMOCRATAS	94,51
PP	94,30	SOLIDARIEDADE	93,52	MDB	92,48	PDT	93,97
PL	94,09	PSL	92,85	PSD	91,61	PTB	93,25
MDB	93,33	PSD	92,01	PTB	91,61	UNIAO	92,76
PTB	93,31	PSDB	91,54	SOLIDARIEDADE	91,19	MDB	92,58
PSDB	91,95	PSC	90,72	CIDADANIA	89,79	PSB	92,05
SOLIDARIEDADE	91,81	CIDADANIA	89,92	PDT	88,30	PV	89,88
PSD	91,73	PDT	87,99	PROS	87,75	PODEMOS	89,79
PDT	90,60	PSB	87,86	PSDB	86,24	PSD	89,78
PSC	88,03	PODEMOS	83,65	PODEMOS	84,62	PROS	88,89
PODEMOS	87,67	AVANTE	82,95	PSB	83,03	SOLIDARIEDADE	88,70
PV	86,30	PV	81,33	AVANTE	82,02	PSDB	87,52
PSB	84,13	PROS	81,20	PV	78,83	CIDADANIA	87,15
AVANTE	83,02					AVANTE	75,04
PROS	77,21						

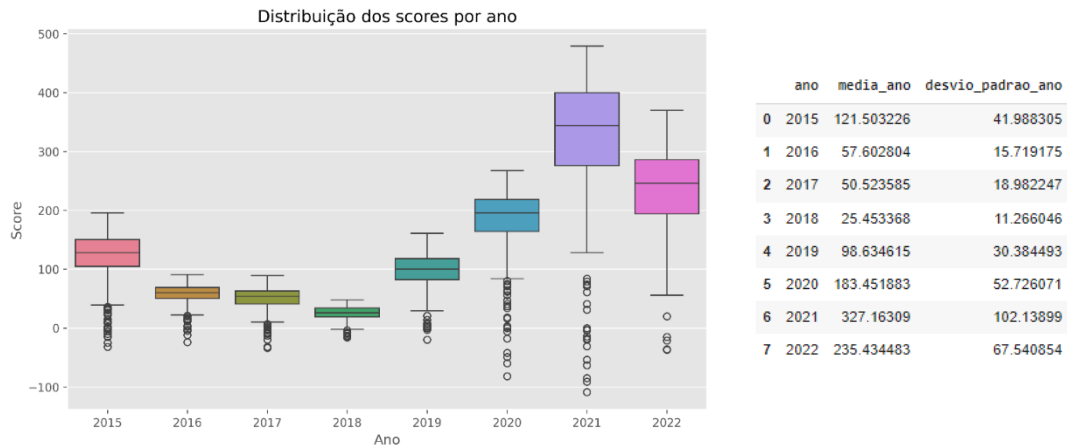
Fonte: autoria própria, 2023.

5.3. Análise De Padrão De Votação Eleitoral

Para a segunda hipótese do trabalho, objetiva-se compreender a relação entre os escores de disciplina partidário apresentados na primeira parte da seção de resultados, e o padrão espacial de votação dos deputados federais nos estados, quando eleitos. A hipótese é de que os deputados mais disciplinados apresentam padrão de votação espacial diferente dos deputados indisciplinados, corroborando a hipótese de Ames (2003) sobre a relação dos partidos e dos parlamentares.

Com base nesses dois conceitos e na relação da análise de votação espacial dos deputados e seus índices de disciplina partidário, todos os deputados das duas legislaturas foram considerados conjuntamente, segundo seus índices de escore final. Por ano, a distribuição dos escores obtidos pelos deputados segue o gráfico seguinte.

Gráfico 1: Distribuição dos escores finais por ano

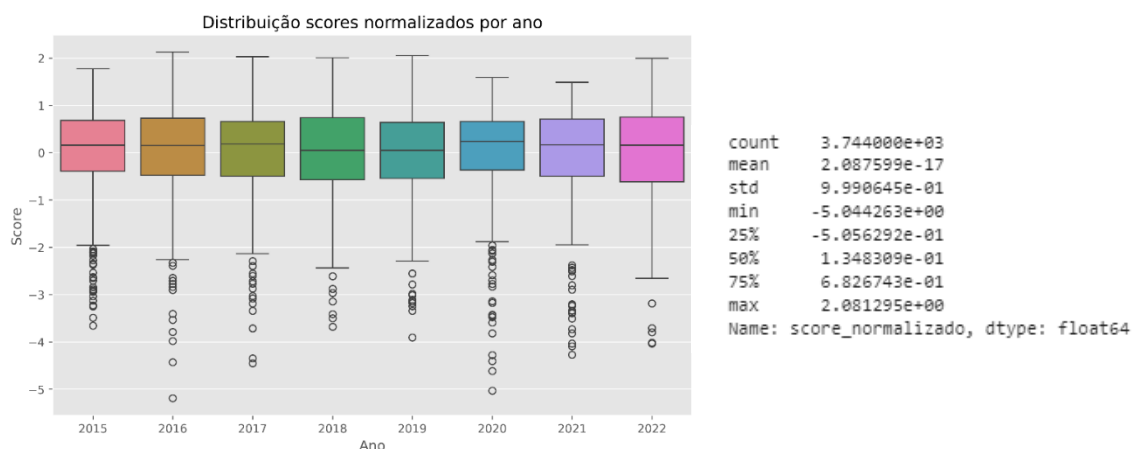


Fonte: autoria própria, 2023.

Como pode ser observado, a distribuição dos votos nos anos tem alta variação pelo número de votações nominais analisadas. Enquanto no ano de 2018 foram consideradas somente 50 votações nominais para o cálculo da disciplina partidária, em 2021 foram 485 votações. Além disso, há anos com maior dispersão entre os deputados analisados e médias mais elevadas, impossibilitando a comparação geral entre os deputados e seus escores finais.

Os escores finais então foram normalizados por ano, gerando o Gráfico 2, com média zero e desvio-padrão um, possibilitando assim a comparação ano a ano dos índices de disciplina partidária e a análise por quartis de dispersão.

Gráfico 2: Distribuição dos escores normalizados por ano

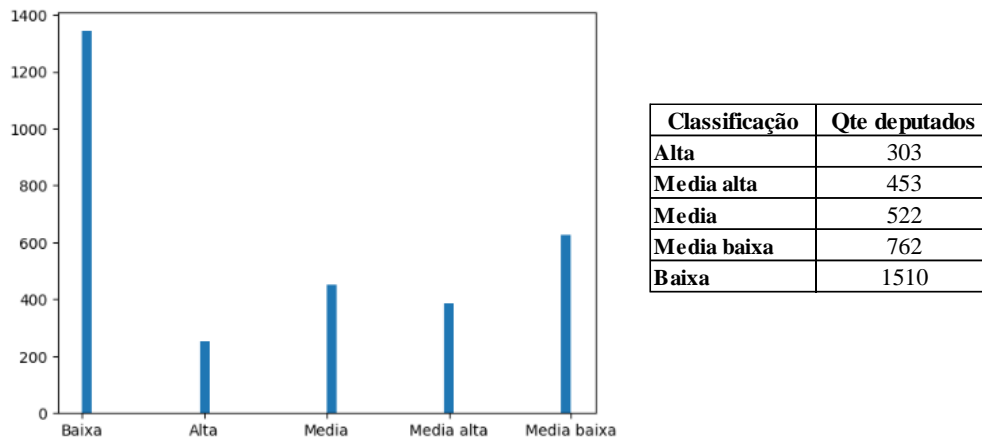


Fonte: autoria própria, 2023.

A seguir, todos os deputados analisados na 55ª e 56ª legislatura tiveram seu total de votos obtidos analisados. A metodologia segue os estudos de Carvalho (2003), segundo as classes definidas na seção de metodologia, avaliando os deputados conforme a distribuição dos votos conjugando o percentual de votos obtidos no primeiro e nos dez municípios com maior votação.

A análise dos deputados por padrão de votação espacial analisou 3550 deputados nas cinco classes de concentração de votos. Os parlamentares receberam a seguinte distribuição:

Gráfico 3 - Padrões de classe de concentração de votos



Fonte: autoria própria, 2023.

Observa-se um alto número de deputados votados segundo a classe de baixa concentração, sendo maior que o dobro dos votos obtidos pela classe média baixa. Somando os dados de parlamentares que receberam votos nessas duas categorias, o valor total ultrapassa 60% dos votos obtidos pelas outras classificações. Esse fato pode demonstrar que, no Brasil, a maioria dos deputados recebe votos com baixa concentração de votos.

A segunda hipótese do trabalho está relacionada a essa primeira conclusão: espera-se que os deputados com maior concentração de votos sejam mais disciplinados, uma vez que o padrão de votação aponta para a eleição em municípios contíguos e de maior concentração. Ao contrário, os parlamentares eleitos por estados com votações com baixa concentração, e portanto, maior dispersão, têm a

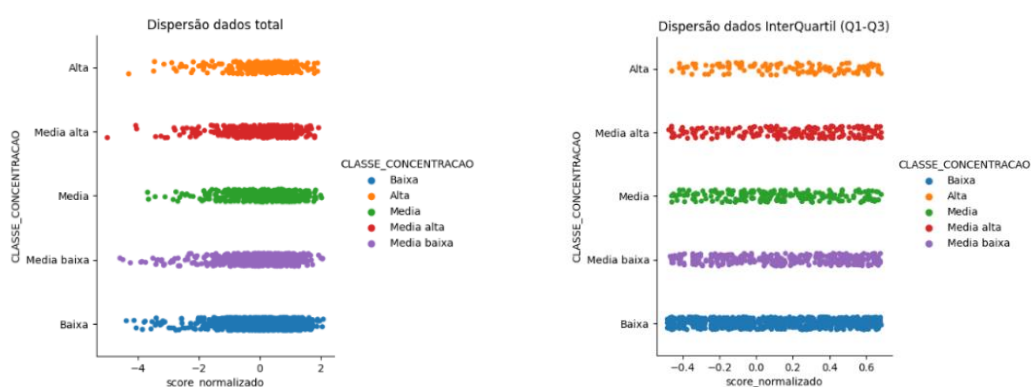
expectativa de apresentarem índices de disciplina partidário menores, uma vez que existe uma maior dificuldade de cobrança e *accountability* do deputado federal a esses eleitores.

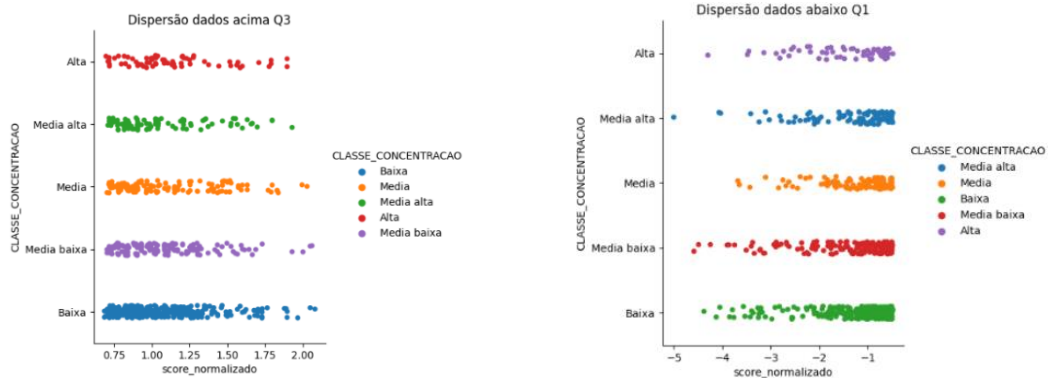
Para verificar essa segunda hipótese a partir dos achados nas classes de concentração dos votos, foi realizado o tratamento dos dados, relacionando os índices de disciplina tratados na primeira seção e as classes de votação espacial e concentração de votos.

O Gráfico 4 apresenta um conjunto de quatro gráficos que refletem a distribuição dos deputados segundo seus escores normalizados por quartil de concentração de votos. O gráfico 4.1 trata da distribuição geral; o gráfico 4.2 mostra a distribuição entre o segundo e o terceiro quartil; o gráfico 4.3 apresenta a concentração dos dados a partir do 3º quartil; e o gráfico 4.4 mostra a concentração de dados abaixo do 1º quartil.

A análise dos gráficos em relação à dispersão total demonstra a indiferença entre os dados de dispersão segundo os quartis analisados. Mesmo quando separados entre o 1º e o 4º quartil, os dados demonstram que os deputados federais eleitos apresentam frequência distribuída em todas as cinco classes, sendo as duas classes média baixa e baixa as com maior frequência geral, independente do quartil apreciado.

Gráfico 4 – Distribuição total e interquartil por escore normalizado e classe de concentração





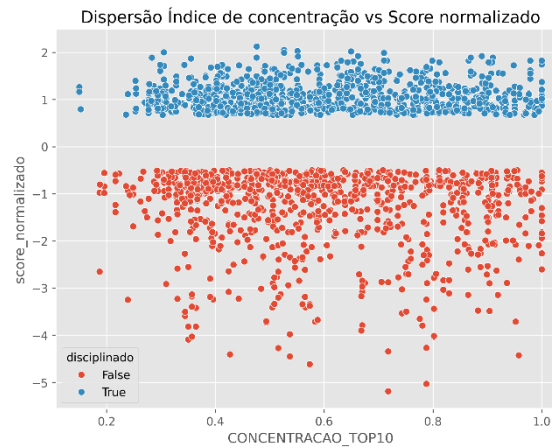
Fonte: autoria própria, 2023.

Para verificar uma maior diferenciação entre os dados de classes de concentração e os escores de disciplina partidária, a análise passa a se concentrar na comparação entre os quartis. A divisão por quartis foi escolhida para possibilitar a comparação entre os quartis mais e menos disciplinados, de forma que os escores finais normalizados fossem estatisticamente diferentes entre si.

Foi selecionado o primeiro quartil que, segundo os escores mais altos, detém os maiores índices de disciplina partidária. O quarto quartil foi definido pelos escores mais baixos de disciplina partidária. A partir dessa divisão, foi realizada a classificação dos deputados segundo sua classe de concentração de votação espacial.

Inicialmente, foram tratados 3550 parlamentares, ao longo das duas legislaturas (2015-2018 e 2019-2022). Com a escolha dos quartis, após a eliminação dos dados do segundo e terceiro quartis, foram classificados 888 deputados, distribuídos segundo as classes. O Gráfico 5 apresenta a distribuição desses escores por deputado, individualmente, segundo o grau de concentração dos votos nos 10 primeiros municípios analisados, sendo possível observar quais deputados apresentam votos mais dispersos e quais apresentam voto mais concentrado.

Gráfico 5: Distribuição dos deputados nos 1º e 4º quartil, segundo sua disciplina partidária



Fonte: autoria própria, 2023.

Em um primeiro momento, a análise dos gráficos e dados não aponta para uma relação significativa entre os escores de disciplina partidário, sejam os deputados classificados como disciplinados ou indisciplinados, e as classes de concentração de votos no estado.

Dessa forma, para avaliar de forma mais significativa a segunda hipótese do trabalho, qual seja, se existe alguma interação entre as classes de concentração de votos nos estados e a disciplina partidária, foi realizada uma regressão logística dos dados²⁰, visando testar as probabilidades de as classes de votação influenciarem os índices de disciplina partidária. Considerou-se os deputados distribuídos no 1º quartil como disciplinados e constantes do 4º quartil como indisciplinados.

A variável independente do estudo foi o padrão de votação espacial, mensurada a partir dos votos obtidos nos 10 municípios mais votados pelo deputado. A variável dependente, a qual se objetiva mensurar a relação, foi operacionalizada segundo a disciplina partidária do primeiro e quarto quartil dos escores normalizados de disciplina partidária.

²⁰ Para mais informações sobre os dados referentes à regressão logística, ver Anexo 2.

O resultado esperado da regressão logística varia entre os valores de 0 e 1, sendo 0 indicando nenhuma relação linear entre as variáveis; e 1 indicando relação máxima entre as variáveis. Dessa forma, no estudo da concentração dos votos e da disciplina partidária, o valor obtido representa a probabilidade do deputado ser disciplinado em relação ao valor de concentração dos votos nos 10 municípios em que obteve maior votação.

O modelo não resultou em significância estatística verificada pela probabilidade de o deputado ser disciplinado em relação ao índice de concentração não apresentar comportamento esperado²¹.

Como ressalvas para a análise, tem-se um grande número de deputados apresentando votação espacial classificada como baixa e média baixa, o que pode contribuir para que exista uma menor concentração de votos, em todos os quartis analisados de disciplina partidária.

Podem existir ainda outros fatores e variáveis em algum domínio não analisado no escopo desse estudo. Como resultado dessa análise, não foi encontrada relação linear entre as variáveis estudadas no modelo de regressão.

5.3. Disciplina Partidária E Padrão De Votação Eleitoral

A análise dos deputados federais segundo seus votos nominais e orientações partidárias resultou em índices de disciplina acima do esperado, com resultados acima de 99% e incluindo o escore de 100% de disciplina partidária pelo PCdoB em 2018. Os estudos anteriores (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999; PEREIRA e RENNO, 2001, 2007; COBERLINI, 2003; MIRANDA, 2009) mostravam valores acima de 85% para a disciplina partidária em geral, ao mesmo tempo em que os partidos com maiores valores estavam situados em torno de 95%.

No estudo, os índices superiores foram acima de 99%, sendo que o partido Novo alcançou valores mínimos de 99,23% e máximo de 99,71% para toda a 56ª legislatura. O partido teve ao menos seis (de seus oito deputados) na lista dos parlamentares mais disciplinados em todos os anos analisados. Isso demonstra que, ao se avaliar somente as votações meritórias, o índice de disciplina partidária apresenta altos

²¹ Ver Anexo 2 para maior detalhamento.

valores para partidos coesos. Ao contrário, os partidos abaixo da décima classificação (a depender do ano, 15^a) apresentaram índices abaixo do esperado em relação à disciplina.

Ao mesmo tempo, os partidos que apresentaram baixos índices, tiveram-no muito menores que o índice de 85%. Foram encontrados valores entre 53,38 e 68,94% na 55^a legislatura, e 75,04% e 77,21% na 56^a legislatura. Esses achados corroboram a hipótese inicial de que há muito ruído nas votações contabilizadas com o somatório das votações procedimentais.

Utilizar o cálculo geral das votações nominais pode contaminar o total de votações analisadas, sendo que várias delas são para a mesma matéria. No entanto, a votação do mérito e dos destaques apresenta maior dissensão, o que foi refletido nos menores índices de disciplina partidária.

Outro resultado encontrado em relação aos partidos foi a disciplina média de partidos PT, PSOL e PCdoB, que variaram de posicionamento, mas sempre estavam entre os partidos com maior disciplina entre seus membros. Em todos os anos analisados, esses partidos foram bastante coesos e mostraram poucos conflitos internos, ao menos em relação ao que pode ser comprovado via disciplina partidária. Os altos índices resultantes demonstram que, em bases recorrentes, a orientação do líder é seguida.

Percebe-se pela análise dos escores a diferença entre os partidos coesos, com votação próxima à média e baixa dispersão, como PT, PSOL e PCdoB. Por outro lado, partidos que dispõem de deputados no ranking dos mais disciplinados e dos menos disciplinados, tendem a apresentar maior variação, com maior dispersão entre os escores dos deputados tomados individualmente.

Entre os partidos mais indisciplinados, PROS, PSB, PV estiveram na lista por quase todos os anos. Algumas mudanças no ano de 2022 podem estar relacionadas às eleições, como o caso do PV, que fez federação com o PT e Pcdob e pode ter melhorado o ranking da disciplina por já estar valorando a coesão no campo eleitoral.

De outra forma, o PSDB teve escores de disciplina partidária piores nos anos de 2021 e 2022, o que também refletiu em sua ocupação de cadeiras legislativas na 57^a legislatura, o qual o partido passou de 29

para 14 cadeiras (18, se calculado juntamente com o Cidadania, partido ao qual o PSDB formou federação para concorrer às eleições de 2022).

A hipótese relativa à necessidade de mudança na metodologia de estudo se comprovou, na medida em que se apresentam três principais resultados, relativamente diferentes às expectativas em relação aos estudos anteriores. Como principais resultados dessa mudança metodológica, tem-se: a) encontrou-se índices com maiores percentuais de disciplina para os partidos no topo do ranking; b) foram encontrados maiores escores no primeiro ano após a eleição e no ano eleitoral (último ano da legislatura); e ainda, c) resultou em índices menores de disciplina que os esperados para os partidos ao final do ranking de disciplina partidária.

Em relação aos resultados obtidos com a análise dos padrões de votação espacial dos deputados nas 55ª e 56ª legislatura, não houve diferença de padrões de concentração de forma significativa. A divisão dos votos recebidos pelos parlamentares apontou para cinco possíveis resultados: alta concentração, média-alta, média, média-baixa e baixa.

Em nenhum dos casos, houve predomínio de disciplina para alguma das classes, ou ainda, os deputados indisciplinados apresentando algum padrão específico em relação às votações obtidas. Esperava-se demonstrar alguma ligação entre os deputados com comportamento disciplinado e votos concentrados nos estados, e por outro lado, que os deputados indisciplinados tivessem voto mais disperso, sendo enquadrados na classificação baixa concentração.

No entanto, a partir dos resultados da observação da dispersão dos escores normalizados dos deputados e da distribuição das classes de concentração de votos, não houve uma conclusão acerca da relação entre o padrão de votação obtido pelo parlamentar no estado e sua disciplina partidária. O resultado da regressão logística aplicado aos dados de concentração de votos e disciplina partidária não resultou significativo estatisticamente, apontando baixa relação entre as classes e índices de disciplina partidário.

Na presente análise, percebeu-se apenas que o quantitativo de deputados eleitos por meio do padrão de baixa e média baixa concentração superou os demais padrões de votação, o que pode contribuir para os estudos posteriores acerca do padrão de votação, pois parte-se do pressuposto de que os parlamentares brasileiros apresentam maior dispersão de seus votos nos municípios eleitos.

Esse fato pode explicar, ao menos parcialmente, a dificuldade em relacionar os fatores estudados, uma vez que não houve diferenças significativas de distribuição entre as classes e a disciplina. Dessa forma, a segunda hipótese do trabalho não foi corroborada, podendo existir mais fatores intervenientes que atuem na relação entre os padrões de votação e o comportamento de disciplina partidária na Câmara dos Deputados.



6



6

CONCLUSÕES

O estudo analisou o comportamento e o padrão de votação nominal dos deputados federais nas votações em Plenário da Câmara dos Deputados e como os deputados são eleitos em seu estado. A proposta geral do estudo era verificar se existia algum incentivo estadual, segundo o padrão espacial de votação obtido pelo parlamentar no estado, que o fizesse ter um comportamento mais ou menos disciplinado ao longo de seu mandato.

Primeiramente, observou-se o que a literatura trata dos fatores que interferem no comportamento do deputado federal quando do momento da votação nominal na Câmara dos Deputados. Admitindo-se a racionalidade dos deputados, a infidelidade em relação à orientação do partido segue uma outra lógica, que não a estabelecida entre partido e parlamentar (TSEBELIS, 1998).

O ranking de classificação da disciplina partidária, apresentando a divisão por partido e por ano das 55ª e 56ª legislatura, encontrou altos valores de escores de disciplina partidária para partidos como Novo, PT, PSOL e PCdoB. Todos esses partidos apresentam, conjuntamente, valores próximos de disciplina entre seus deputados, sem grandes *outliers*.

Além disso, no primeiro ano da legislatura e no último ano, foram encontrados os maiores índices de disciplina partidária, o que pode refletir o posicionamento dos parlamentares e dos partidos em relação ao período eleitoral e formação da coalizão do governo do Presidente eleito.

Essa conclusão também pode ser depreendida pela mudança no Governo Dilma Rousseff em 2016 para o Governo Temer, após o *impeachment* da Presidente. No ano de 2017, os escores de disciplina partidária foram os menores em todos os oito anos analisados, refletindo o reposicionamento das bases de coalizão do novo governo e realinhamento dos parlamentares no novo cenário.

Por fim, em relação aos partidos com menor índice de disciplina, 10 partidos tiveram valores de escore abaixo de 75%, o que demonstra

que esses partidos são menos coesos e têm maior dispersão entre os índices de seus deputados, analisados individualmente.

Os achados do estudo, portanto, apontam para a dimensão partidária como influente no contexto legislativo: partidos como PT e Novo encontram altos índices de disciplina partidária ao longo de toda a legislatura, e são de espectros políticos contrários, demonstrando alta coesão de seus membros.

Ao mesmo tempo, existem partidos com baixos valores, como PV, Avante, PROS, PSB, apontando para uma menor importância conferida aos parlamentares em relação à orientação de seu líder, e conseqüentemente, dos benefícios que podem ser obtidos ao participar de uma legenda política.

Essa heterogeneidade demonstra que os partidos políticos não têm um índice único, em torno de 85% de disciplina. Esses valores são encontrados somente quando a análise é feita conjuntamente entre os partidos políticos. Ao especificar a análise por ano e por partido, percebe-se um conjunto múltiplo de índice disciplina partidária entre os deputados federais.

Essa multiplicidade é inédita e deve ter estudos para aprofundamento. A nova metodologia proposta demonstrou que existem nuances pouco exploradas em relação aos índices de disciplina partidária, que merecem atenção e novos estudos. A análise com séries temporais maiores e novas investigações sobre a heterogeneidade dos escores e a relação com o ciclo temporal são algumas das possibilidades de avanço.

Na segunda seção de resultados, o estudo passou a incorporar os dados de votação espacial dos deputados com votação a partir da distribuição dos votos nos municípios de maior votação do parlamentar. O objetivo era verificar se existe relação entre a concentração de votos obtidos pelo deputado no estado e sua disciplina partidária.

A análise conjunta dos deputados federais segundo seus escores de disciplina, comparados a partir das classes de concentração de votos nos estados e os índices de concentração de votos em seu município de maior votação e nos 10 municípios os quais concentrou seus votos, não traduziu dados significativamente relevantes. Para a segunda

hipótese, conclui-se apenas que a maioria dos deputados é eleita em seus estados segundo um contexto de baixa concentração de votos.

A partir desses resultados, pode-se admitir novos questionamentos para estudos futuros. Além dessa reflexão entre os partidos e disciplina partidária, pode-se sugerir ainda a relação contrária: um deputado que segue as orientações do seu partido tende a ter uma concentração de votos alta ou baixa? Existe relação entre essas duas variáveis?

Além disso, há possibilidade de incluir outros fatores de análise para a disciplina partidária e concentração de votos: assiduidade nas votações nominais, acompanhamento das votações governamentais, troca de partidos, destinação e quantidade de recursos destinados ao seu financiamento de campanha. Todos esses fatores podem contribuir para os fatores estudados sobre onde o parlamentar concentra sua intenção de atuação, entre *policy*, *office* ou *votes*.

A maior compreensão desse importante contexto das votações nominais e da disciplina partidária perpassa as relações entre Poderes, sistema partidário e eleitoral e a distribuição de recursos, cargos e emendas. Nesse sentido, avança-se para incrementar a relação representativa dos eleitos e como eles se reportam às suas bases durante seus mandatos e quando de sua eleição.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf >. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

ALVES, Vinicius S. (2019) Comportamento eleitoral, coordenação partidária e efeito coattails no Brasil: como as eleições para o Executivo influenciam o voto para deputado federal? Tese. [Universidade de Brasília, UnB](#).

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil* (2003) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

ARROW, K. J. *Social Choice and Individual Values*. New Haven and London: Yale University Press, 1963.

AVELINO, George e BIDERMAN, Ciro (2009). “Obras e Votação Municipal dos Candidatos a Deputado Federal em São Paulo”, in M. Inácio e L. Rennó (orgs.), *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

Black, Gordon (1972). “A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives.” *American Political Science Review* 66. pp. 144–159.

BORGES, André; CAROLINA, de Paula; SILVA, Adriano da N. (2016). Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 24, n. 58, p. 31-58.

CAREY, John e SHUGART, Matthew (1995). “Incentives to Cultivate a Personal Vote”. *Electoral Studies*, vol.14, no 4, pp. 417-439.

CARREIRÃO, Yan de Souza; PERONDI, Eduardo. *DISCIPLINA E COALIZÕES PARTIDÁRIAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1999-2006)*. RBCS Vol. 24 no 71 outubro/2009.

CARVALHO, Nelson Rojas de (2003). *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2009). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, pp. 263 a 299.

COBERLLINI, Juliano (2003). “Disciplina e Coesão dos Partidos Políticos no Brasil”. In Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira. Org. José Antônio Giutsi Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

Desposato, Scott W. (2006). Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. American Journal of Political Science 50.1 (2006): 62-80.

_____ (2009) “[Party switching in Brazil: Causes, effects, and representation](#)”. Political Parties and Legislative Party Switching”. In Heller & Mershon. Political Parties and Legislative Party Switching. Palgrave Macmillan, New York, United States. (109-144)

Downs, Anthony. An economic theory of democracy. New York: Harper and Row, 1957.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

FLEISCHER, David V. (1976) Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte-MG, n. 43, p. 333-360, jul.

_____ (2007), “Os partidos políticos”. In Sistema Político Brasileiro – Uma introdução. Lucia Avelar e Antônio Octávio Cintra. Editora Unesp, São Paulo.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1995), "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994". Dados, vol. 38, nº 3.

_____ (1999). Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Freitas, Andréa M. de. Migração partidária na Câmara dos Deputados (2008). Diss. Universidade de São Paulo.

FREITAS, Andrea; ARAUJO, Victor (2017). Partidos, Coalizões e Influência sobre Políticas Públicas no Brasil: um Jogo de Arenas Múltiplas e Payoffs Variados. Artigo preparado para o 10º Encontro da Associação

Brasileira de Ciência Política, 30 de Agosto a 2 de Setembro, Belo Horizonte, MG.

LEONI, Eduardo. "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)" (2002). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, pp. 361 a 386.

MACHADO, Diego. Relação entre disciplina e infidelidade partidária na Câmara dos Deputados (2013). Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor).

MAINWARING, Scott (1991). "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais" Novos Estudos Cebrap, nº 29.

MELO, Carlos Ranulfo (2003). "Migração Partidária, Estratégias de Sobrevivência e Governismo na Câmara dos Deputados" In Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira. Org. José Antônio Giusti Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

MENDONÇA, Milton de Souza (2018). Título: Perdas e Ganhos de Office e Policy Payoffs em Três Ministérios Brasileiros. Tese, [Universidade de Brasília, UnB](#).

MIRANDA, Geralda L. (2009) A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 4, pp. 911 a 959.

Müller, Wolfgang C. e Strøm, Kaare. (Eds.) (1999). Policy, Office, or Votes?: How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions (Cambridge Studies in Comparative Politics). Cambridge: Cambridge University Press.

OLSON, Mancur. The logic of collective action: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil (2003). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 735 a 771.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio (2001). “O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados”. Dados, vol. 44, no 2, pp. 323-362.

_____. “O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 664-683.

PIRES, Roberto e GOMIDE, Alexandre. (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 24, p. 121-143.

RIBEIRO, Pedro Floriano (2022). “Acompanho o Meu Partido”: Organização Partidária e Comportamento Legislativo no Brasil. DADOS, Rio de Janeiro, vol.65 (4): e20200052.

SAMUELS, David (1999). “Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-Centric Electoral Systems”. Comparative Political Studies, vol. 32, no 4, pp. 487-518.

SPECK, Bruno W. e MARCIANO, João Luiz P. (2015). O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado de campanhas. In “Legislativo Pós-1988: Reflexões e perspectivas”. Org. André Sathler, Ricardo Braga. Edições Câmara, p. 267-292.

TAVARES, José Antônio G. (2003). In “Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira”. Org. José Antônio Giusti Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

TSEBELIS, George (1998). Jogos Ocultos. São Paulo, EDUSP.

_____. (2014) Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas. Editora FGV.

<https://dadosabertos.camara.leg.br/> Acesso em 19 de outubro de 2023.

<https://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

<http://spatial2.cepesp.io/>



ANEXOS

ANEXOS

Anexo 1

POLITICAL PARTIES AND HARD CHOICES

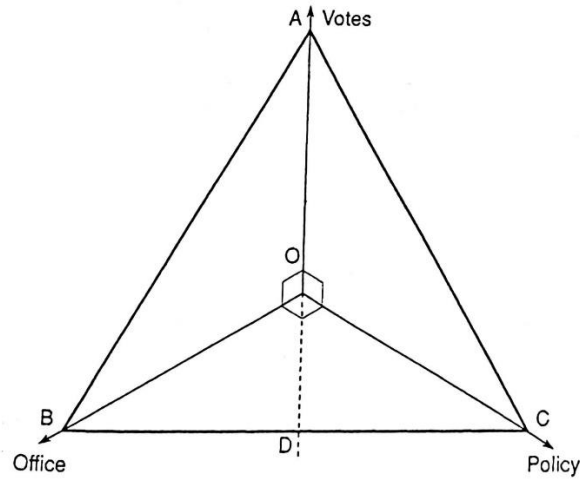


Figure 1.1 Range of feasible party behaviors.

Fonte: Muller e Strom, 1999.

Anexo 2

Tabulação cruzada CLASSE_CONCENTRACAO					
			disciplinado		
			False	True	Total
CLASSE_CONCENTRACAO	alta	Contagem	138	134	272
		% em CLASSE_CONCENTRACAO	50,7%	49,3%	100,0%
		% em disciplinado	15,7%	15,1%	15,4%
		% do Total	7,8%	7,6%	15,4%
	baixa	Contagem	496	468	964
		% em CLASSE_CONCENTRACAO	51,5%	48,5%	100,0%
		% em disciplinado	56,4%	52,8%	54,6%
		% do Total	28,1%	26,5%	54,6%
	media	Contagem	85	110	195
		% em CLASSE_CONCENTRACAO	43,6%	56,4%	100,0%
		% em disciplinado	9,7%	12,4%	11,0%
		% do Total	4,8%	6,2%	11,0%
media-baixa	Contagem	161	174	335	
	% em CLASSE_CONCENTRACAO	48,1%	51,9%	100,0%	
	% em disciplinado	18,3%	19,6%	19,0%	
	% do Total	9,1%	9,9%	19,0%	
Total		Contagem	880	886	1766
		% em CLASSE_CONCENTRACAO	49,8%	50,2%	100,0%

	% em disciplinado	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	49,8%	50,2%	100,0%

REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL			
Resumo de processamento do caso			
Casos não ponderados ^a		N	Porcentagem m
Casos selecionados	Incluído na análise	1236	100,0
	Casos omissos	0	,0
	Total	1236	100,0
Casos não selecionados		0	,0
Total		1236	100,0

a. Se a ponderação estiver em vigor, veja a tabela de classificação para o número total de casos.

Codificação de variável dependente	
Valor original	Valor interno
False	0
True	1

Codificações de variáveis categóricas			
		Frequência	Codificação de parâmetro
			(1)
CLASSE_CONCENTRAC AO	alta	272	1,000
	baixa	964	,000

Resumo de processamento do caso			
		N	Porcentagem marginal
CLASSE_CONCENTRAC AO	alta	272	15,4%
	baixa	964	54,6%
	média	195	11,0%
	média-baixa	335	19,0%
disciplinado	False	880	49,8%
	True	886	50,2%
Válido		1766	100,0%
Omisso		0	
Total		1766	
Subpopulação		2	

Informações de ajuste do modelo				
Modelo	Critérios de ajuste do modelo	Testes de razão de verossimilhança		
	Verossimilhança de log -2	Qui-quadrado	df	Sig.
Somente intercepto	43,603			
Final	39,033	4,570	3	,206

Testes de razão de verossimilhança				
Efeito	Critérios de ajuste do modelo	Testes de razão de verossimilhança		
	Verossimilhança de log -2 do modelo reduzido	Qui-quadrado	df	Sig.
Intercepto	39,033 ^a	,000	0	.
disciplinado	43,603	4,570	3	,206

A estatística qui-quadrado é a diferença no log de verossimilhanças -2 entre o modelo final e um modelo reduzido. O modelo reduzido é formado pela omissão de um efeito do modelo final. A hipótese nula significa que todos os parâmetros desse efeito são 0.

- a. Esse modelo reduzido é equivalente ao modelo final porque a omissão do efeito não aumenta os graus de liberdade.

Estimativas de Parâmetro									
CLASSE_CONCENTR ACAO ^a		B	Erro Erro	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Intervalo de Confiança para Exp(B)	
								Limite inferior	Limite superior
alta	Intercepto	-,261	,115	5,165	1	,023			
	[disciplinado=False]	,107	,163	,430	1	,512	1,113	,808	1,533
	[disciplinado=True]	0 ^b	.	.	0
baixa	Intercepto	,989	,089	124,170	1	,000			
	[disciplinado=False]	,136	,127	1,144	1	,285	1,145	,893	1,469
	[disciplinado=True]	0 ^b	.	.	0
media	Intercepto	-,459	,122	14,172	1	,000			
	[disciplinado=False]	-,180	,181	,989	1	,320	,835	,586	1,191



	[disciplinado=True]	0 ^b	.	.	0
--	----------------------------	----------------	---	---	---	---	---	---	---

a. A categoria de referência é: media-baixa.

b. Este parâmetro é definido para zero porque é redundante.



idn



idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO